



Bruxelas, 19.4.2017
SWD(2017) 130 draft

DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO

QUADRO DE AÇÃO

que acompanha o documento

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO COMITÉ ECONÓMICO E
SOCIAL EUROPEU**

**Iniciativa a favor do desenvolvimento sustentável da economia azul no Mediterrâneo
Occidental**

{COM(2017) 183 final}

Índice

| | |
|---|-----------|
| GLOSSÁRIO | 3 |
| INTRODUÇÃO | 6 |
| ESTRUTURA DO QUADRO DE AÇÃO | 9 |
| 1. OBJETIVO 1 — UM ESPAÇO MARÍTIMO MAIS SEGURO | 10 |
| 1.1. COOPERAÇÃO DAS FUNÇÕES DE GUARDA COSTEIRA (FORMAÇÃO, REFORÇO DAS CAPACIDADES E BUSCA E SALVAMENTO) | 14 |
| 1.2. SEGURANÇA MARÍTIMA E RESPOSTA À POLUIÇÃO MARINHA | 15 |
| 2. OBJETIVO 2 — UMA ECONOMIA AZUL INTELIGENTE E RESILIENTE | 17 |
| 2.1. INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO ESTRATÉGICAS..... | 22 |
| 2.2. DESENVOLVIMENTO DE POLOS DE ATIVIDADES MARÍTIMAS..... | 23 |
| 2.3. DESENVOLVIMENTO E CIRCULAÇÃO DE COMPETÊNCIAS..... | 25 |
| 2.4. CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS (TRANSPORTE MARÍTIMO, PORTOS, TURISMO MARÍTIMO E COSTEIRO, AQUICULTURA MARINHA)..... | 27 |
| 3. OBJETIVO 3 — MELHOR GOVERNANÇA DOS MARES | 34 |
| 3.1. DIRETIVA ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO/GESTÃO INTEGRADA DA ZONA COSTEIRA DO MEDITERRÂNEO, INCLUINDO A INTERAÇÃO TERRA-MAR | 40 |
| 3.2. CONHECIMENTO MARINHO E MARÍTIMO (LACUNAS DE DADOS, ANÁLISE E PARTILHA DE DADOS) | 41 |
| 3.3. BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DOS <i>HABITATS</i> MARINHOS..... | 43 |
| 3.4. PESCA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES COSTEIRAS | 45 |
| 4. MONITORIZAÇÃO, APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS E AVALIAÇÃO | 48 |
| 5. CONSULTA DAS PARTES INTERESSADAS | 49 |
| 5.1. SÍTIO ESPECÍFICO | 49 |
| 5.2. SESSÕES DE CONSULTA COM AS PARTES INTERESSADAS | 49 |
| 5.3. OUTRAS FERRAMENTAS DE CONSULTA: MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E BOLETIM INFORMATIVO..... | 51 |

Glossário

| | |
|--------------------|---|
| ACCOBAMS | Acordo sobre a Conservação de Cetáceos no mar Negro, mar Mediterrâneo e Área Atlântica Adjacente |
| BlueMed SRIA: | Agenda estratégica de investigação e inovação https://www.researchitaly.it/uploads/12493/Bluemed%20SRIA_A4.pdf?v=7fb440d . |
| BlueMed: | Uma iniciativa de investigação e inovação para o crescimento e o emprego azuis no Mediterrâneo. |
| CGPM: | Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo; http://www.fao.org/gfcm/en/ Comunicações intituladas «Uma parceria para a democracia e a prosperidade partilhada com o sul do Mediterrâneo» COM(2011) 200 http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0200&qid=1497884656702&from=PT |
| COSME: | Programa da UE para as Pequenas e Médias Empresas https://ec.europa.eu/growth/smes/cosme_pt |
| CVC: | Centro virtual de conhecimentos |
| DLBC: | Desenvolvimento local de base comunitária |
| EMDS: | Estratégia Mediterrânica para o Desenvolvimento Sustentável; http://www.unep.org/docs/unepmap/mssd_2016_2025_eng.pdf |
| EMODNET: | Rede Europeia de Observação e de Dados do Meio Marinho |
| ERASMUS+: | Programa da UE para a educação, a formação, a juventude e o desporto http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/node_pt |
| Estratégia global: | Estratégia global para a política externa e de segurança da UE https://europa.eu/globalstrategy/en/global-strategy-foreign-and-security-policy-european-union |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; |
| FAO-ICA: | Iniciativa Crescimento Azul da FAO Iniciativa Crescimento Azul – FAO http://www.fao.org/in-action/globefish/fishery-information/resource-detail/pt/c/379558/ |
| FARNET: | Rede Europeia das Zonas de Pesca; www.farnet.eu |
| FEAMP: | Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas |
| FEDER: | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/funding/erdf/ |
| FEDS: | Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável |
| FEIE: | Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos |
| FSE: | Fundo Social Europeu http://ec.europa.eu/esf/home.jsp?langId=pt |
| GAL-Pesca: | Grupos de ação local da pesca |

| | |
|-----------------|---|
| GIZCM: | Gestão Integrada da Zona Costeira do Mediterrâneo |
| Horizonte 2020: | Programa-Quadro de Investigação e Inovação da UE https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/ http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016DC0581&qid=1497880051764&from=PT http://www.eib.org/efsi/index.htm http://www.emodnet.eu/ https://ec.europa.eu/eipp/desktop/pt/index.html https://ec.europa.eu/europeaid/funding/funding-instruments-programming/funding-instruments/development-cooperation-instrument-dci_en https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/emff_pt |
| ICD: | Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento |
| IEV: | Instrumento Europeu de Vizinhança http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2014:077:0027:0043:PT:PDF |
| IEV-CT-MED: | Programa de Cooperação Transnacional para a Bacia do Mar Mediterrâneo do Instrumento Europeu de Vizinhança http://www.enpicbcmed.eu/enicbcmed-2014-2020 |
| LIFE: | Instrumento financeiro da UE para apoiar projetos no domínio do ambiente, da conservação da natureza e da ação climática; http://ec.europa.eu/environment/life/ |
| Marpol: | Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios |
| MEDFISH4EVER: | https://ec.europa.eu/fisheries/inseparable/pt/medfish4ever |
| MIE: | Mecanismo Interligar a Europa; https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility |
| OEM: | Ordenamento do Espaço Marítimo |
| Pelagos: | Acordo que cria o Santuário para os Mamíferos Marinhos do Mediterrâneo |
| PEPI: | Portal Europeu de Projetos de Investimento |
| PEV: | Política Europeia de Vizinhança: |
| PNUA-PAM: | Plano de Ação Ambiental para o Mediterrâneo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente |
| PRIMA: | Parceria no domínio da investigação e inovação na zona do Mediterrâneo https://ec.europa.eu/research/environment/index.cfm?pg=prima Prioridades da revisão da PEV, COM(2016) 805; http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016DC0805&qid=1497885310549&from=PT |

Programa MED: Programa Mediterrânico; <http://www.programmemed.eu/en>

Ramogepol: Acordo de criação de uma zona-piloto para a proteção do ambiente marinho, com vista à coordenação de ações conjuntas destinadas a reduzir a poluição marinha na zona fronteiriça entre a Itália, o Mónaco e a França.

Rempec: Centro Regional Mediterrânico para a Intervenção de Emergência contra a Poluição Marinha Acidental
<http://www.rempec.org/rempecnews.asp?NewsID=372>

UE: União Europeia

UPM: União para o Mediterrâneo

WWF: WWF (World Wildlife Fund)

Introdução

A «Iniciativa a favor do desenvolvimento sustentável da economia azul no Mediterrâneo Ocidental» é descrita em dois documentos:

- (1) Uma comunicação da Comissão Europeia às outras instituições da UE;
- (2) Um quadro de ação, sob a forma de um documento de trabalho dos serviços da Comissão, que complementa a referida comunicação.

O **objetivo** da iniciativa é **promover o crescimento azul sustentável e a criação de emprego, aumentar a segurança e a proteção e preservar os ecossistemas e a biodiversidade na região do Mediterrâneo Ocidental**. Este objetivo será alcançado por meio da coordenação e da cooperação entre os países em questão com vista à consecução de três objetivos principais e nalguns domínios de ação prioritários. Embora, do ponto de vista geográfico, a iniciativa incida sobretudo nos mares e costas em torno da **Argélia, de Espanha, da França, da Itália, da Líbia, de Malta, de Marrocos, da Mauritânia, de Portugal e da Tunísia**, aborda igualmente as zonas marítimas e costeiras enquanto sistemas interligados. O âmbito das ações pode, por conseguinte, variar em função das necessidades específicas, e o quadro de ação permanece aberto a outros parceiros da região do Mediterrâneo.

A iniciativa tem por base a União para o Mediterrâneo e a sua Declaração sobre a Economia Azul da Conferência Ministerial, adotada em 17 de novembro de 2015¹. Esta declaração convidava os países da União para o Mediterrâneo a explorarem o valor acrescentado e a viabilidade de estratégias marítimas apropriadas (incluindo a nível sub-regional), com base na experiência adquirida com o Diálogo 5+5. Por conseguinte, os 10 países em questão estiveram plenamente envolvidos tanto na preparação da iniciativa como do quadro de ação.

O extenso processo de consulta, com uma abordagem da base para o todo, relativa ao quadro de ação implicou a participação de um leque alargado de partes interessadas da região, que representavam as autoridades internacionais, nacionais, regionais e locais, bem como o setor privado, as instituições académicas e a sociedade civil (este processo descreve-se de forma circunstanciada no capítulo 5 da comunicação).

Tal permitiu identificar várias lacunas, que se podem resumir do seguinte modo:

- a) Lacunas *estratégicas* vários quadros setoriais, estratégicos, legislativos e de programação, no âmbito da economia azul, no Mediterrâneo Ocidental, apresentam assimetrias nos seus objetivos e/ou âmbito geográfico (por exemplo, UE ou países vizinhos)². Uma maior coordenação poderia contribuir para que estes fossem aplicados de uma forma mais coerente e eficiente, evitando ao mesmo tempo a duplicação de esforços;
- b) Lacunas de *informação e conhecimento*: a disponibilidade, a acessibilidade, o tratamento e a compreensão dos dados são dissimilares e fragmentados. Esta situação

¹ <https://webgate.ec.europa.eu/maritimeforum/en/node/3846>.

² Por exemplo, a Estratégia de Segurança Marítima da UE, a Estratégia Marítima Integrada de África para 2050 e a Carta Africana sobre a Segurança Marítima; a iniciativa BlueMed; as Diretivas Ordenamento do Espaço Marítimo e Estratégia Marinha; a política de coesão e a política de vizinhança, incluindo os programas europeus de cooperação territorial; a estratégia «Crescimento Azul» da UE, a política comum das pescas da UE e a iniciativa «Cintura Azul» da FAO; a estratégia europeia em prol do crescimento e do emprego no setor do turismo costeiro e marítimo; a Diretiva da UE Acompanhamento do Tráfego e o Programa SwitchMed.

entrava o trabalho de sensibilização, a divulgação de informações e, mais importante ainda, a definição de políticas alicerçadas em factos comprovados. Além disso, a capacidade para informar e dialogar com os decisores é limitada. Acresce que a fragmentação dentro e entre os setores e países dificulta a obtenção da massa crítica necessária para atrair conhecimento e investimento e para promover a inovação e a competitividade tanto a nível nacional como sub-regional;

- c) *Lacunas* de execução: as capacidades e os recursos nacionais variam de país para país e algumas autoridades necessitam de apoio, a nível nacional e regional, para aplicar, fazer cumprir e monitorizar as medidas acordadas ao abrigo dos diversos quadros (protocolos, orientações e códigos de conduta, normas)³ e iniciativas⁴. Além disso, as lacunas de execução podem impedir a aplicação avançada de conceitos modernos ao ordenamento do espaço marítimo e costeiro, à aquicultura, ao turismo marítimo e ao desenvolvimento de competências.

Com base nas lacunas indicadas acima, identificaram-se três formas de a iniciativa poder proporcionar valor acrescentado:

1. Adaptar as respostas aos problemas e eliminar as assimetrias geográficas e temáticas, por exemplo incidindo nas ameaças transnacionais para reduzir os riscos e atenuar as suas consequências. Realizar avaliações comparativas para a tomada de decisões;
2. Agrupar intervenções e promover a coordenação e a coerção horizontais. Os exemplos incluem a obtenção de economias de escala, a utilização mais eficiente dos recursos, a prestação de melhores serviços aos cidadãos e a aplicação de acordos e compromissos internacionais;
3. Promover a sensibilização, o alinhamento e a coordenação vertical das atuais iniciativas estratégicas e/ou ações entre as partes interessadas a nível local, regional ou nacional, designadamente alinhando os quadros estratégicos, sempre que adequado e desejável, trabalhando em rede e promovendo boas práticas, bem como divulgar os resultados.

A fim de garantir a obtenção de resultados concretos, o quadro de ação define os principais objetivos e o modo de os atingir, descrevendo, em certa medida, ações e projetos que se poderão eventualmente realizar na região. O documento do quadro de ação é elaborado de forma progressiva, o que significa que, ao longo do tempo, se acrescentam novas ações e adaptam outras à medida que se forem concluindo. A aplicação do quadro de ação é da responsabilidade de todos (a nível nacional, regional e local) e, durante toda a sua vigência, será fundamental assegurar a realização de atividades de informação e uma divulgação suficientes, para que todos os tipos de partes interessadas o possam conhecer. No entanto, em cada um dos países participantes, o Grupo de Ação para o Mediterrâneo Ocidental

³ Por exemplo, decisões, recomendações/resoluções das organizações intergovernamentais setoriais, o Acordo das Nações Unidas sobre as populações de peixes, o Acordo da FAO para a Promoção do Cumprimento das Medidas Internacionais de Conservação e de Gestão pelos Navios de Pesca no Alto Mar, o Código de Conduta da FAO para uma Pesca Responsável, os Planos de Ação Internacionais da FAO, Acordo da FAO relativo às medidas dos Estados do porto, as orientações sobre planos de gestão plurianuais para a pesca sustentável da Comissão Geral das Pescas, a Convenção de Barcelona, as normas da Organização Marítima Internacional, etc.

⁴ Por exemplo, a estratégia a médio prazo da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (2017-2020) para a sustentabilidade das pescas no Mediterrâneo e no mar Negro, a iniciativa para um mar Mediterrâneo mais limpo, ao abrigo do Horizonte 2020, a estratégia para a água no Mediterrâneo Ocidental, o Plano de Ação para um Consumo e Produção Sustentáveis do PNUA-PAM e a Estratégia Mediterrânica para o Desenvolvimento Sustentável.

(WestMED) será responsável por estabelecer prioridades entre as ações, coordenar e acompanhar a aplicação do quadro de ação e rever os conteúdos, conforme necessário.

Estrutura do quadro de ação

O quadro de ação reflete os objetivos e as prioridades selecionadas na comunicação. Está articulado em torno dos seguintes elementos:

- *Objetivos*: abordam os principais problemas da região, pelo que são essenciais para o sucesso da iniciativa. Os três objetivos são:
 1. Um espaço marítimo mais seguro;
 2. Uma economia azul inteligente e resiliente;
 3. Uma melhor governação dos mares.
- *Prioridades*: os principais domínios em que a iniciativa pode criar valor acrescentado, ou dando resposta a um problema ou tirando proveito de uma oportunidade. Para cada prioridade, o quadro de ação fornece quadros em que se indicam as eventuais ações a empreender.
- *Ações*: intervenções e projetos (como novas abordagens, coordenação mais estreita na elaboração de políticas, investimentos, iniciativas de formação ou de trabalho em rede, revisão de políticas) realizados pelos países e pelas partes interessadas para abordar as diversas prioridades da iniciativa. Estas intervenções não devem comprometer as atuais competências e legislação da UE. Também se propõem, a título indicativo, fontes de financiamento, sujeitas à apreciação dos procedimentos e critérios de avaliação dos fundos, programas e projeto em questão, sem prejuízo dessa apreciação.
- *Metas*: para cada objetivo, propõem-se indicadores de resultados quantitativos, tanto quanto possível. Foram determinados ou estimados pontos de partida e prazos para a maioria das metas.
- *Prioridades da União*: nesta secção descreve-se a forma como as ações identificadas ajudarão a levar a cabo as prioridades da União Europeia «Emprego, crescimento e investimento», «União da Energia e alterações climáticas», «Migração» e «Uma Europa mais forte na cena mundial».
- *Contexto*: exemplos retirados de relatórios e contributos das partes interessadas para promover novas iniciativas e evidenciar as necessidades.

1. Objetivo 1 — Um espaço marítimo mais seguro

O **objetivo 1** consiste em reforçar a **segurança** das atividades no mar. Tal é essencial para garantir:

- o desenvolvimento sustentável de um leque de atividades no domínio da economia azul e a criação de emprego,
- a boa governação das zonas marítimas e costeiras e
- a sustentabilidade e prosperidade da região.

O êxito dos outros dois objetivos da iniciativa depende igualmente do grau de segurança e proteção.

Desafios

A região enfrenta várias ameaças marítimas complexas, cujo eventual impacto nas vidas humanas e nos bens económicos suscita uma crescente preocupação.

Em média, ocorrem cerca de 60 acidentes de transporte marítimo por ano no Mediterrâneo Ocidental, 15 dos quais envolvem navios-cisterna que transportam petróleo ou produtos químicos⁵. Cerca de metade dos acidentes que resultaram em derrames significativos (de mais de 100 toneladas), na última década, verificou-se no mar Mediterrâneo Ocidental (ICM 2015⁶). A situação da região é, por enquanto, bastante boa em comparação com a de outras sub-bacias; porém, novos desenvolvimentos económicos podem expô-la a riscos acrescidos, sobretudo em zonas em que o tráfego marítimo está congestionado (como o estreito de Gibraltar, o estreito de Bonifácio ou o estreito da Sicília) e nos portos e terminais. A duplicação do canal de Suez agravará as ameaças. A concentração de navios aumenta o risco de colisões,⁷ de poluição ambiental e sonora (WWF 2015⁸) e de acidentes⁹.

Verifica-se também a necessidade crescente de maior cooperação policial. A região tem sido altamente exposta a fluxos migratórios. Por exemplo, em 2013-2015, atravessaram-na, em média, 11 000 migrantes ilegais por mês, pelas rotas migratórias do Mediterrâneo Ocidental¹⁰ e Central¹¹. A rota central, em particular, registou um aumento dramático da violência, da exploração e dos abusos, perpetrados pelos passadores em relação ao migrantes, e do número de vítimas mortais. A gestão dos fluxos migratórios mistos para a Europa tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa, sendo uma das principais prioridades da Política de Vizinhança da UE. Além disso, as atuais tendências demográficas e climáticas ameaçam exacerbar a concorrência para controlar os recursos e podem contribuir para a instabilidade geopolítica da região.

Os organismos de vigilância marítima poderiam criar planos conjuntos de emergência para fazer face às consequências humanitárias destes fluxos de migrantes, que frequentemente

⁵ http://www.medmaritimeprojects.eu/download/ProjectMediamer/SH_Meeting_WME/WM_Transport_factsheet_300115.pdf.

⁶ <http://arxiv.org/pdf/1510.00287.pdf>.

⁷ Fonte: Centro Regional Mediterrânico para a Intervenção de Emergência contra a Poluição Marinha Acidental (Rempec) 2015.

⁸ http://www.medtrends.org/reports/MEDTRENDS_REGIONAL.pdf.

⁹ Descargas voluntárias de petróleo para o mar, que incluem águas de lastro, lixo, resíduos de lavagem por navios-cisterna ou graneleiros que transportam produtos químicos, bem como descargas de lamas e resíduos de porão.

¹⁰ De Marrocos e da Argélia para Espanha.

¹¹ Da Líbia e Tunísia para a Itália e Malta.

excedem as capacidades da guarda costeira local. Com efeito, a falta de cooperação em toda a sub-bacia prejudica a capacidade dos organismos locais (OSCE 2014) para responderem e se adaptarem em tempo real à magnitude e evolução, imprevisíveis, dos fluxos migratórios ilegais.

Lacunas

Um amplo leque dos problemas ambientais específicos da região é já abrangido por várias políticas e quadros de governação.

A responsabilidade de prevenir e lutar contra a poluição marítima dos navios é essencialmente dos Estados. Para evitar a duplicação de esforços e assegurar os melhores resultados possíveis, é necessário ter em conta as capacidades nacionais, a capacidade operacional de luta contra a poluição da EMSA e a assistência prestada pelo Rempec. As ações concretas devem explorar a sensibilização existente, aos níveis internacional, regional e sub-regional, para os problemas relacionados com o ambiente e a sustentabilidade, bem como a vontade de os resolver.

Foram envidados esforços para eliminar os riscos e as ameaças marítimas em geral, nomeadamente:

- o Plano de Ação Regional para os Transportes na Região Mediterrânica¹²,
- a Estratégia de Segurança Marítima da UE e o respetivo plano de ação,
- o pacote relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira¹³,
- um projeto-piloto, lançado em 2016, para melhorar a cooperação operacional em matéria de funções de guarda costeira entre três agências da UE (Frontex, EFCA e EMSA) no Mediterrâneo Ocidental,
- a Estratégia Marítima Integrada de África para 2050 e a Declaração de Lomé sobre Segurança Marítima,
- a rede Seahorse Mediterrâneo,
- os projetos EMSA/SAFEMED,
- os Fóruns Europeu e Mediterrânico dos Serviços de Guarda Costeira.

O regulamento acima referido promoveu um projeto-piloto, lançado em 2016, para melhorar a cooperação operacional em matéria de funções de guarda costeira entre três agências da UE (Frontex, EFCA e EMSA) no Mediterrâneo Ocidental. Com a crise dos refugiados, o controlo da migração passou a ser prioritário no âmbito da Política de Vizinhança da UE e desenvolveram-se inúmeras atividades centradas na migração ao abrigo da Agenda Europeia da Migração.

No entanto, estas atividades ainda se encontram relativamente dispersas pela região, apesar de a segurança e a migração serem questões transfronteiriças, às quais só é possível dar resposta mediante uma coordenação adequada de todos os países em causa. Por conseguinte, é necessário reforçar a cooperação entre os Estados-Membros da UE e os países parceiros do Sul, a fim de superar os problemas de segurança e proteção na região.

Prioridades

1.1 Cooperação entre guardas costeiras

Através de ações como a criação de redes entre centros de formação (com o reforço da compreensão mútua das necessidades e das competências), a formação conjunta e o

¹² Solicitado pela Conferência Ministerial dos Transportes de 2013 da UPM e adotado pelo Fórum EuroMed Transportes em março de 2015.

¹³ Regulamento (UE) 2016/1624, Regulamento (UE) 2016/1625, Regulamento (UE) 2016/1626.

intercâmbio de pessoal, procurar-se-á intensificar a cooperação entre as guardas costeiras de ambas as margens da região do Mediterrâneo Ocidental. O desenvolvimento de capacidades receberá apoio, nomeadamente em domínios como o da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, os serviços de tráfego marítimo e a busca e salvamento.

As ações aumentarão igualmente a capacidade das autoridades dos países parceiros do Sul para darem resposta à migração irregular e ao tráfico ilícito, melhorando os seus sistemas de vigilância das fronteiras, através da rede Seahorse Mediterrâneo. Esta rede permite o intercâmbio de informações sobre migração irregular no mar, ligando os pontos de contacto nacionais nos países africanos em causa à rede Eurosur.

VALOR ACRESCENTADO: atualmente, existem várias iniciativas destinadas a reforçar a segurança marítima; contudo, na região do Mediterrâneo Ocidental, os meios são disponibilizados a diferentes níveis ou por diferentes parceiros. Realizaram-se progressos no que diz respeito à promoção do intercâmbio voluntário de dados em ambas as margens do Mediterrâneo Ocidental, em domínios específicos ou durante situações de emergência (por exemplo, derrames de petróleo), bem como com a recente criação da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira. No entanto, a cooperação entre as guardas costeiras de ambas as margens continua a ser limitada e a comunicação entre as agências e entre estas e as autoridades nacionais para uma melhor reação em tempo real às situações de emergência no mar ainda deve ser melhorada. A participação de todos os países do Mediterrâneo Ocidental na rede Seahorse Mediterrâneo¹⁴ é determinante para prevenir e dar resposta à migração nas rotas migratórias do Mediterrâneo Ocidental e Central.

1.2 Segurança marítima e resposta à poluição marinha

As ações destinam-se a encorajar a partilha de dados sobre tráfego marítimo, concedendo aos países do Sul apoio para a melhoria das infraestruturas (sistema de identificação automática/sistema de acompanhamento e de informação do tráfego de navios) e ajudando-os a aceder às plataformas existentes (SAFEMED, SafeSeaNet e sistema comum de comunicação e informação de emergência sobre poluição marinha), bem como alargando os dados e a informação atualmente disponíveis.

As ações reforçarão as capacidades (planeamento, preparação e ferramentas) de resposta e combate à poluição marinha causada por acidentes em ambas as margens do Mediterrâneo Ocidental e apoiarão o desenvolvimento de uma nova geração de ferramentas para melhorar a resposta de emergência à poluição marinha causada por acidentes.

VALOR ACRESCENTADO: a partilha de dados marítimos entre ambas as margens do Mediterrâneo Ocidental tem de ser otimizada, a fim de melhorar a perceção situacional, permitir a utilização eficaz de meios nacionais e melhorar a cooperação nas operações transfronteiriças. Os esforços para facilitar a interoperabilidade e o intercâmbio de dados têm-se limitado, até à data, a projetos específicos, crises e exercícios. Alguns países parceiros partilham dados ambientais através da SAFEMED, mas o seu acesso à SafeSeaNet (partilha de dados de tráfego) está a ser dificultado por obstáculos físicos (falta de infraestruturas) e políticos (sensibilidade dos dados a partilhar, reciprocidade). Tal significa que para várias funções continuam a faltar dados úteis. A iniciativa encorajará a partilha de informações, tal como foi frisado durante a 11.ª reunião do Grupo de Trabalho Marítimo EuroMed¹⁵.

¹⁴ Países participantes: Chipre, Espanha, França, Grécia, Itália, Líbia, Malta e Portugal. Países convidados: Argélia, Egito e Tunísia.

¹⁵ Abril de 2016, cf. <http://www.rempec.org/rempecnews.asp?NewsID=372>.

Prioridades da União

Este objetivo apoia firmemente as prioridades da União:

- **Emprego, crescimento e investimento:** ao garantir tanto a segurança como a proteção das atividades no mar, este objetivo é essencial para a criação de emprego e o desenvolvimento sustentável de um amplo leque de atividades da economia azul.
- **Migração:** trata-se de um domínio com implicações que vão muito além do âmbito da iniciativa. No entanto, este objetivo reforçará a capacidade de controlo das costas por partes das guardas costeiras e de estas realizarem operações de busca e salvamento na margem sul do Mediterrâneo Ocidental e Central. Ajudará igualmente a melhorar a gestão local de questões de migração, promovendo uma migração circular mais eficaz e prevenindo a exploração dos migrantes e dos seus filhos na região.
- **Uma Europa mais forte na cena mundial:** os processos regionais existentes serão reforçados em domínios pertinentes, já identificados na comunicação sobre a governação internacional dos oceanos¹⁶. Entre estes incluem-se reforçar as capacidades, garantir a segurança dos mares, e combater as práticas de pesca ilegais.

Metas do objetivo 1

(Esta lista é indicativa e não exaustiva.)

- Plena cobertura do sistema de identificação automática até 2018, com o objetivo de partilhar mais dados de monitorização do tráfego marítimo a nível regional¹⁷;
- Vigilância das fronteiras reforçada através do envolvimento dos países vizinhos na rede Seahorse Mediterrâneo até 2018¹⁸.

Indicadores possíveis adicionais para o objetivo 1

- Número de operações conjuntas das funções de guarda costeira.

¹⁶ JOIN(2016) 49 <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016JC0049&qid=1498138193441&from=EN>

¹⁷ Ponto de partida: os países vizinhos em causa não dispõem de pleno acesso às plataformas de partilha de dados (2016).

¹⁸ Ponto de partida: apenas está envolvida a Líbia (2016).

1.1. Cooperação das funções de guarda costeira (formação, reforço das capacidades e busca e salvamento)

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|--|---|--|---|
| <p>Reforçar a cooperação da guarda costeira através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalho em rede entre centros de formação - sessões de formação conjuntas (bilaterais e multilaterais) - exercícios comuns - intercâmbio de pessoal - reforço das capacidades/formação - trabalho em rede entre guardas costeiras. | <p>Serviços nacionais de guarda costeira, agências europeias, Fóruns Europeu e Mediterrânico dos Serviços de Guarda Costeira (MedCGFF) e organismos regionais com funções de guarda costeira (ECGFF)</p> | <p>Reforçar a cooperação na formação entre os serviços de guarda costeira, para alcançar um nível comum de competências no exercício das funções de guarda costeira. Melhorar o nível de interoperabilidade entre os vários organismos. Criar grupos técnicos temporários de guarda costeira.</p> | <p>ECGFA-Net, Trabalho em rede entre instituições académicas marítimas, SAFEMED III. MedCGFF</p> | <p>Subvenções para formação da guarda costeira, FEAMP Programas da EMSA (SAFEMED IV — IEV), Mecanismo de assistência WestMED (FEAMP 2017)</p> |
| <p>Promover a formação no domínio do controlo das pescas.</p> | <p>Serviços nacionais de guarda costeira, agências europeias</p> | <p>Reforçar a luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.</p> | | <p>Formação da EFCA a países parceiros (FEAMP)</p> |
| <p>Serviços de tráfego marítimo (<i>Vessel Traffic Services</i>, VTS): suprir as necessidades de reforço das capacidades nacionais dos VTS (reforço das capacidades e formação) e prestar assistência administrativa e formação do pessoal (operador/coordenador/gestor de VTS).</p> | <p>Países da sub-região</p> | <p>Melhorar os serviços de tráfego marítimo na sub-região, a fim de reforçar a segurança marítima e reduzir as colisões.</p> | <p>Geminação no âmbito da política marítima integrada (PMI) na Tunísia, VTS de Marrocos e Espanha no estreito de Gibraltar Institutos de formação marítima</p> | <p>Projetos de geminação TAIEX Programas da EMSA (IEV)</p> |
| <p>Melhorar a cooperação nos serviços de busca e salvamento no mar através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento de capacidades dos serviços de busca e salvamento e | <p>Serviços nacionais de guarda costeira (centros de coordenação de busca e salvamento marítimo</p> | <p>Aumentar as capacidades dos serviços de busca e salvamento, tendo em conta os acordos e o quadro de cooperação vigentes, nomeadamente no caso de operações de salvamento em massa.</p> | <p>O SARMEODOCC é um acordo em curso entre Itália, Espanha e França. Outros países poderão</p> | <p>Programas da EMSA (IEV), Programas de cooperação territorial europeia,</p> |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|--|--------------------------------------|----------------------|
| - promoção de atividades e exercícios conjuntos entre as autoridades nacionais. | — CCBSM) | Partilhar meios e análises de risco entre os países. Definir normas comuns. | associar-se. | FEDER, IEV, Frontex |
| Rede Seahorse Mediterrâneo. | Serviços nacionais de guarda costeira e de fronteiras da região | Aumentar a capacidade para combater a migração irregular e o tráfico ilícito, melhorando os sistemas de vigilância das fronteiras. | Projeto Seahorse Mediterrâneo | ICD EU(TPCMA) |

1.2. Segurança marítima e resposta à poluição marinha

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|--|--|--|
| Partilhar dados de tráfego marítimo prestar apoio aos países terceiros (infraestruturas AIS/VTS/VTMIS, reforço das capacidades e formação). | Administrações nacionais, EMSA e outros organismos regionais competentes. | Aumentar o intercâmbio de dados e melhorar a resposta às questões de segurança marítima. SAFESEANET acessível aos países parceiros. | SAFEMED III Comunidade MAREΣ | Programas da EMSA (SAFEMED IV, IEV) |
| Reforçar o planeamento da resposta de emergência no combate à poluição (Prevenção, Actuação e Cooperação no Combate à Poluição por Hidrocarbonetos, OPRC) por parte das administrações costeiras, enquanto elemento de apoio ao desenvolvimento sustentável. | Autoridades nacionais, organismos europeus (p. ex., EMSA) e regionais (p. ex., Rempec) responsáveis por questões ligadas ao combate à poluição. | Harmonizar os atuais planos de contingência para combater a poluição através de um grupo de trabalho de peritos, exercícios comuns (teóricos e práticos) e seminários sub-regionais. Garantir a interoperabilidade entre as autoridades nacionais responsáveis pelo combate à | Ramogepol e LION PLAN podem ser apoiados pela ação, a fim de melhorar a sua harmonização e assegurar a plena cobertura do Mediterrâneo Ocidental. Plan de Emergencia ante el riesgo de Contaminación Litoral (PELCA) IMO-MRCC Marrocos-Rabat | Programas de cooperação territorial europeia, FEDER, IEV |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|--|--|--------------------------------------|--|
| | Administrações nacionais, regionais e locais | poluição marinha, através de um planeamento a vários níveis. | | |
| Desenvolvimento de uma nova geração de ferramentas de apoio à tomada de decisões para o combate à poluição marinha causada por acidentes. | Partes interessadas públicas e privadas | Melhorar os sistemas de transporte para uma mobilidade mais inteligente, ecológica e segura no Mediterrâneo Ocidental, especialmente nas zonas costeiras, nas lagoas e em zonas restritas. | BlueMed SRIA | Horizonte 2020, programas de cooperação territorial europeia FEDER e IEV |
| Desenvolver novos instrumentos, materiais e métodos para facilitar e melhorar o processo de tomada de decisões na gestão de situações de emergência a bordo. Desenvolver tecnologias inovadoras para reforçar a segurança dos navios, com acompanhamento estrutural em tempo real, a capacidade de navegar em condições degradadas (regresso seguro ao porto) e de funcionar em situações ambientais extremas (navios resilientes). Identificar e implantar instalações/equipamentos de alto mar mais seguros e ecológicos. | Partes interessadas públicas e privadas | Melhorar os sistemas de transporte para uma mobilidade mais inteligente, ecológica e segura no Mediterrâneo Ocidental, em especial nas zonas costeiras, nas lagoas e/ou em zonas restritas/sensíveis, nomeadamente com a utilização do GNSS europeu. | BlueMed SRIA | Horizonte 2020, FEDER e fundos nacionais |

2. Objetivo 2 — Uma economia azul inteligente e resiliente

O objetivo 2 consiste em **impulsionar a investigação e a inovação e desenvolver competências, o espírito empresarial e a cooperação industrial**, criando, assim, **postos de trabalho e oportunidades de investimento mais sustentáveis**.

A inovação e a partilha de conhecimentos são essenciais para assegurar uma economia azul resiliente no Mediterrâneo Ocidental, acompanhar a sucessão de gerações no mercado de trabalho e tornar a região mais competitiva, capaz de aproveitar as oportunidades tecnológicas e de mercado, e mais resiliente às crises cíclicas e aos choques.

Desafios

Com base na análise das Nações Unidas, entre 2007 e 2030, a população em idade ativa (com mais de 15 anos) na região do Mediterrâneo aumentará em mais de 100 milhões de pessoas¹⁹. Oitenta e quatro por cento destes trabalhadores adicionais viverão no Sul. As taxas de desemprego jovem já são muito elevadas no Mediterrâneo Ocidental, oscilando entre 14 % e 58 % (média de 2011-2015)²⁰; as tendências demográficas revelam o envelhecimento da população ativa na margem norte do Mediterrâneo e uma crescente proporção de jovens na margem sul.

Prevê-se que a procura de emprego no setor marítimo, no seu todo, duplique até 2030²¹, com um crescimento especialmente rápido, por exemplo, na aquicultura marinha, na transformação do peixe e nas atividades eólicas marítimas e portuárias. Contudo, observa-se o envelhecimento da mão de obra marítima na margem norte e os jovens já não mostram interesse pelas carreiras marítimas. As empresas não conseguem encontrar competências e perfis adequados, seja nos setores marítimos tradicionais ou nos emergentes²². Esta falta de correspondência entre a oferta e a procura deve-se principalmente à falta de diálogo e cooperação entre o setor e os diferentes níveis de educação.

Além deste paradoxo no que concerne ao emprego, existe um duplo desafio em matéria de investigação e desenvolvimento (I&D). Por um lado, atividades como o turismo, o transporte e a pesca, que estão tradicionalmente na linha da frente da economia azul, exigem uma maior inovação e diversificação para se manterem sustentáveis, competitivas e lucrativas ao longo do tempo, bem como para assegurarem emprego qualificado. Por outro lado, para realizarem todo o seu potencial, várias atividades e cadeias de valor emergentes (como a biotecnologia azul, as energias renováveis marinhas e os recursos biológicos e outros)²³ requerem um apoio dedicado para obterem suficiente massa crítica e atrárem investimentos e atividades de I&D adaptados. Neste contexto, nas suas estratégias de especialização inteligente no âmbito da investigação e inovação, as regiões europeias também necessitam de alinhar melhor a utilização dos seus Fundos Europeus Estruturais e de Investimento com os outros fundos, com base em prioridades complementares de crescimento azul.

¹⁹ http://www.ipemed.coop/adminIpemed/media/fich_article/1323859454_Tomorrow_the-Mediterranean-2030_eng.pdf.

²⁰ <http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.1524.ZS>.

²¹ «The ocean economy in 2030», OCDE (2016)

<http://www.oecd.org/sti/the-ocean-economy-in-2030-9789264251724-en.htm>.

²² «Study on supporting a possible network of maritime training academies and institutes in the Mediterranean sea basin», projeto de relatório final da Ecorys, p. 22-23.

²³ Serão alinhadas com a Estratégia Bioeconómica para a Europa e relacionadas com o Fórum Internacional de Bioeconomia.

Além disso, a falta de dados socioeconómicos comparáveis e agregados está a impedir a partilha de conhecimentos e a cooperação entre empresas, investigadores e decisores políticos em toda a região. A cooperação e o investimento na investigação permanecem bastante limitados no que concerne a várias tecnologias marítimas inovadoras, como se verifica na aquicultura marinha, nas biotecnologias marinhas e na energia marinha sustentável. Embora tenham surgido algumas iniciativas de criação de polos em toda a sub-bacia, revelando grande potencial em comparação com o desempenho global da bacia do Mediterrâneo²⁴, a ausência de sinergias entre os setores marítimos, tradicionais ou emergentes, continua a representar um grande obstáculo à partilha de conhecimentos e à inovação.

Lacunas

Estão atualmente a ser promovidas diversas iniciativas e quadros estratégicos em todo o Mediterrâneo Ocidental para impulsionar a atividade económica, a investigação e a inovação. nomeadamente:

- a estratégia «Crescimento azul» e a política marítima da UE,
- a estratégia europeia em prol do crescimento e do emprego no setor do turismo costeiro e marítimo²⁵,
- a iniciativa BlueMed,
- a iniciativa Crescimento Azul da FAO.

Apesar do seu conteúdo louvável, estas iniciativas destinam-se a países da UE ou a países vizinhos, mas não a ambos. As iniciativas postas em prática através de concursos da UE nem sempre refletem as necessidades específicas dos beneficiários do Mediterrâneo Ocidental, e o apoio a atividades transversais que permitam criar sinergias entre as partes interessadas do Sul e do Norte é normalmente limitado. São necessárias medidas destinadas a assegurar a coordenação entre as iniciativas existentes, dirigidas aos setores correspondentes nas margens norte e sul e que promovam sinergias mais fortes em toda a região.

Outras iniciativas, como o Plano de Ação para um Consumo e Produção Sustentáveis, a Parceria no domínio da investigação e inovação na zona do Mediterrâneo e o Plano de Ação Regional para os Transportes na Região Mediterrânica²⁶, abrangem tanto os países da UE como os países vizinhos. Estas iniciativas, que representam uma oportunidade, poderiam beneficiar de maiores sinergias e cooperação entre as partes interessadas, bem como de um maior envolvimento do setor privado na sua execução a nível do Mediterrâneo Ocidental.

Prioridades

2.1 Investigação e inovação estratégicas

Em consonância com a agenda estratégica de investigação e inovação da BlueMed, as ações incidirão em vários domínios estratégicos de investigação e inovação na região, nomeadamente o apoio a uma exploração sustentável da biodiversidade mediterrânica, a indústrias e serviços inovadores de base biológica²⁷ (produzindo, por exemplo, ingredientes alimentares, produtos farmacêuticos, cosméticos e químicos, materiais e energia) e a novas tecnologias de observação e monitorização dos oceanos (designadamente dos recursos

²⁴ https://webgate.ec.europa.eu/maritimeforum/sites/maritimeforum/files/Med%20clusters%20-%20Annexes%20def_0.pdf.

²⁵ COM(2014) 86:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/cooperate/macro_region_strategy/pdf/gov_macro_strat_pt.pdf.

²⁶ Solicitado pela Conferência Ministerial dos Transportes de 2013 da UPM e adotado pelo Fórum EuroMed Transportes em março de 2015.

²⁷ Em consonância com a estratégia «Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa», adotada pela Comissão em fevereiro de 2012.

biológicos e minerais das águas profundas e dos fundos marinhos). Empresas privadas e operadores marítimos desenvolverão novos conceitos e protocolos para maximizar a utilização de infraestruturas, navios e plataformas para fins científicos, ambientais e de segurança e proteção. Criar-se-ão soluções adaptadas e novas tecnologias destinadas a tirar partido das energias renováveis marinhas e a promover a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas.

VALOR ACRESCENTADO: *a iniciativa BlueMed merece ser alargada à margem sul do Mediterrâneo Ocidental, para:*

- corrigir as assimetrias em termos de âmbito geográfico,
- criar economias de escala mediante a utilização mais eficiente das infraestruturas e dos recursos disponíveis para a investigação,
- aumentar a capacidade das partes interessadas para criar parcerias entre as duas margens da região.

2.2 Desenvolvimento de polos de atividades marítimas

As ações destinam-se a apoiar as micro, pequenas e médias empresas na economia azul (por exemplo, através de polos de atividades marítimas, incubadoras, dinamizadores, investidores providenciais e instrumentos financeiros por medida a nível nacional) e a promover uma rede eficaz de polos de atividades marítimas em toda a região. Os polos regionais no domínio das energias renováveis e do envelhecimento ativo, baseados em recursos e tecnologias marinhos e marítimos, podem igualmente beneficiar o desenvolvimento económico e social da região.

VALOR ACRESCENTADO: *tal como evidenciado pela iniciativa BlueMed, os polos de atividades marítimas são fundamentais para criar inovação, emprego e crescimento. Desempenham um papel essencial na criação de massa crítica para atividades económicas que, atualmente, não atraem os investidores privados, nomeadamente por meio da criação de novas vias para a cooperação entre as margens norte e sul e entre as atividades «tradicionais» e «emergentes» e da identificação e criação de cadeias de valor inovadoras em toda a região — em consonância com a especialização inteligente.*

2.3 Desenvolvimento e circulação de competências

As ações fomentarão o desenvolvimento de competências marítimas inovadoras através de um conjunto de ações estratégicas para melhorar a correspondência entre a oferta e a procura. Além disso, promoverão a formação avançada no domínio do crescimento azul sustentável e incentivos para o trabalho em rede e os intercâmbios entre as instituições académicas e os institutos marítimos à escala regional e nacional. É igualmente essencial sensibilizar para as profissões marítimas e torná-las apelativas para os jovens, bem como reforçar a cooperação entre as instituições de ensino e a indústria no domínio marítimo. Será dedicada atenção especial à correspondência entre a oferta e a procura de emprego nas cadeias de aprovisionamento, nas infraestruturas e nos serviços do transporte multimodal de mercadorias. Ademais, as ações procurarão harmonizar as competências e funções existentes de gestão de questões de migração em toda a região e promover uma migração circular mais eficaz.

VALOR ACRESCENTADO: *é importante tirar proveito da cooperação já existente e dos recursos disponíveis. No entanto, um estudo recente²⁸ refere que a União para o*

²⁸ «Study supporting a possible network of maritime training academies and institutes in the Mediterranean sea basin, 2016», Ecorys e MRAG. Ver <https://webgate.ec.europa.eu/maritimeforum/en/node/3951>.

Mediterrâneo (UPM) desempenha um papel de coordenação importante neste domínio e identifica várias formas possíveis de corrigir a atual falta de correspondência entre a oferta e a procura de competências azuis e de aumentar a cooperação entre as instituições de ensino e formação no domínio marítimo.

2.4 Consumo e produção sustentáveis (transporte marítimo, portos, turismo marítimo e costeiro, aquicultura marinha)

As ações incluem:

- instaurar modelos e práticas de consumo e produção sustentáveis, ajudar a identificar as fontes de poluição, avaliar os riscos e perigos e difundir ferramentas de gestão, apoiar a utilização de fontes de energia limpas (energias solar e eólica) para a dessalinização da água do mar e reforçar as capacidades em toda a região, promover a eficiência energética e a adaptação às alterações climáticas nas cidades costeiras,
- promover o transporte marítimo verde com a utilização de combustíveis alternativos e tecnologias inovadoras, otimizar as infraestruturas, as interfaces e os procedimentos/operações portuários em toda a região, desenvolver a Rede Transeuropeia de Transportes e as autoestradas do mar, bem como os terminais portuários conexos,
- desenvolver novos produtos e serviços turísticos temáticos, incluindo:
 - itinerários naturais, culturais e históricos (incluindo subaquáticos), turismo náutico e de cruzeiro, marinas sustentáveis, a pesca-turismo, o património cultural da pesca e a pesca recreativa,
 - criar recifes artificiais ecológicos,
 - proteger e recuperar os ecossistemas costeiros (praias e dunas) nas ilhas,
 - interligar os fatores de atração marítimos e terrestres (enogastronomia, cultura, desporto, etc.) e
 - reconhecer licenças de posto de capitão,
- elaborar normas técnicas comuns para a aquicultura marinha sustentável nos vários países, diversificar o setor e desenvolver capacidades.

VALOR ACRESCENTADO: as atividades marítimas e terrestres, juntamente com a urbanização progressiva da faixa costeira, exercem uma grande pressão sobre os ecossistemas marinhos e costeiros da sub-bacia e podem afetar a sustentabilidade a longo prazo de setores como a aquicultura marinha e o turismo marítimo e costeiro. Estas pressões vão da elevada utilização de recursos (água, energia, produtos alimentares, matérias-primas, espaço costeiro) à poluição do ar e da água e aos resíduos. O quadro de ação contribuirá para a agenda de desenvolvimento sustentável, encorajando a execução do Plano de Ação para um Consumo e Produção Sustentáveis na região e integrando a sua abordagem em todos os setores da economia azul.

A execução do Plano de Ação para os Transportes na Região Mediterrânica será impulsionada para superar os obstáculos existentes ao desenvolvimento das autoestradas do mar e ao investimento no reforço das interligações, incluindo as terrestres e multimodais. Incentivará igualmente uma mudança no sentido de uma mobilidade mais inteligente e ecológica na região.

O setor do turismo é uma fonte essencial de emprego em toda a região, mas enfrenta problemas relacionados com a fragmentação, elevada sazonalidade, pouca visibilidade,

reduzida diversificação de produtos e falta de competências adequadas. Os destinos costeiros e insulares estão cada vez mais expostos a pressões ambientais e climáticas.

A aquicultura no Mediterrâneo Ocidental apresenta um potencial particularmente interessante a explorar. No entanto, as práticas variam muito entre as duas margens e as iniciativas existentes incidem sobre a margem norte (política comum das pescas, iniciativa BlueMed) ou sobre a margem sul (iniciativa «Cintura Azul» da FAO). Além disso, o setor da aquicultura enfrenta problemas de espaço, aceitação do público e coexistência com outras atividades económicas, que é necessário resolver urgentemente.

Prioridades da União

Este objetivo apoia firmemente as prioridades da União:

- **Emprego, crescimento e investimento.** O incentivo ao investimento em tecnologias azuis, transportes marítimos ecológicos e turismo e aquicultura sustentáveis contribuirá para promover o crescimento e criar postos de trabalho na região. Será dado um forte destaque ao desenvolvimento do capital humano (competências e capacidade administrativa e institucional) e à promoção do espírito empresarial, de redes de partilha de competências e de transferência de tecnologia.
- **União da energia e alterações climáticas.** Pretende-se, em particular, assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais, nomeadamente da água, promover a utilização das energias renováveis e reduzir a produção de resíduos e os riscos ambientais.

Metas para 2

(Esta lista é indicativa e não exaustiva.)

- inclusão dos países do Mediterrâneo Ocidental na iniciativa BlueMed e na sua agenda estratégica de investigação até 2017²⁹,
- aumento de 25 % dos portos e das marinas com certificação ecológica até 2022³⁰,
- aumento de 20 % do valor de produção da aquicultura sustentável até 2022³¹,
- aumento de 20 % das chegadas de turistas em época baixa até 2022³².

Indicadores possíveis adicionais para o objetivo 2

- número de novos regimes sustentáveis de gestão turística até 2022,
- número de propostas conjuntas no domínio do turismo (e *marketing*) em toda a região até 2022,
- número de postos de trabalho criados na região até 2022.

²⁹ Ponto de partida 2016: estão envolvidos ES, FR, IT, MT e PT.

³⁰ Ponto de partida 2016: 11 portos certificados (fonte ESPO); outras fontes: a associação de marinas Assomarina.

³¹ Ponto de partida 2014; fontes: Eurostat, FAO e quadro para a recolha de dados (*Data Collection Framework* ou DCF).

³² Ponto de partida 2012-2015; fontes: Eurostat, outras fontes a definir.

2.1. Investigação e inovação estratégicas

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|---|---|--|
| Desenvolvimento de indústrias e serviços inovadores de base biológica. | Institutos de investigação, empresas e autoridades públicas | Novos produtos de indústrias e serviços inovadores de base biológica, tais como ingredientes alimentares, produtos farmacêuticos, cosméticos e químicos, materiais e energia. | Projetos no âmbito da valorização e das tecnologias do Pôle Mer Méditerranée e do Centro de Pescas Marroquino CSVTPM-Agadir | Programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV, fundos nacionais, Convites à apresentação de propostas BLUE (FEAMP) Horizonte 2020 |
| Explorar de forma sustentável os recursos biológicos e minerais das águas profundas e dos fundos marinhos. | Institutos de investigação, empresas, autoridades públicas | Novos produtos e cadeias de valor. Novos sistemas e dispositivos de robótica inteligentes para explorar e trabalhar no fundo marinho, com uma elevada resolução e observação espacial e temporal (instrumentos de acesso remoto/ <i>in situ</i>). | BlueMed SRIA | Horizonte 2020, LIFE, programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV, fundos nacionais |
| Desenvolver novos conceitos e protocolos com empresas privadas e operadores marítimos, para maximizar a utilização de infraestruturas, navios e plataformas, com vista à monitorização científica e ambiental e para fins de segurança e proteção. | Partes interessadas públicas e privadas | Disponer de instrumentos e estratégias para maximizar a utilização de infraestruturas, navios e plataformas neste domínio. Planear e verificar por comparação as infraestruturas fixas e móveis marítimas e as necessidades de monitorização e vigilância ambientais das zonas costeiras ao alto mar. | BlueMed SRIA | Horizonte 2020, programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV, fundos nacionais |
| Desenvolver soluções adaptadas e novas tecnologias para melhorar a | Partes interessadas públicas e privadas | Melhorar a eficiência nas instalações e a manutenção e exploração de energias | BlueMed SRIA | Horizonte 2020, FEDER, fundos |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|---|--------------------------------------|---|
| eficiência nas instalações, a manutenção e a exploração de energias renováveis marinhas (instalações marítimas de energia eólica, das correntes e das marés) e a rede elétrica. | | renováveis marinhas. | | nacionais |
| Avaliar os impactos das alterações climáticas na região do Mediterrâneo Ocidental (ecossistemas marinhos e os seus recursos às escalas local e regional). | Partes interessadas públicas e privadas | Dispor de uma visão global dos impactos das alterações climáticas nos ecossistemas marinhos e nos seus recursos regionais, às escalas local e regional, incluindo uma avaliação exaustiva dos riscos relacionados com as alterações climáticas na região. | BlueMed SRIA | Fundo Verde para o Clima ³³ |
| Promover o trabalho em rede entre investigadores. | Investigadores, institutos de investigação e universidades. | Criar grupos técnicos temporários para explorar e desenvolver novos domínios de investigação. | | Mecanismo de assistência do Mediterrâneo Ocidental (FEAMP 2017) |

2.2. Desenvolvimento de polos de atividades marítimas

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|--|--|--|
| Rede de polos de atividades marítimas do Mediterrâneo | Polos de atividades orientadas para zonas | Reforçar o trabalho em rede entre os polos de atividades | Projeto BlueNET (região adriática e jónica e Mediterrâneo) | Convite à apresentação de propostas PMI, |

³³ Uma entidade autorizada ou uma entidade de execução (p. ex., promotores de projetos ou programas) pode apresentar [um documento de síntese](#) relativamente ao qual o Fundo emite comentários ou recomendações, em consulta com a autoridade designada ou o ponto focal nacionais.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|---|---|---|
| Ocidental. | específicas e às escalas regional e nacional do Mediterrâneo Ocidental | existentes e desenvolver ações conjuntas, a fim de promover a transferência de conhecimentos no domínio da economia azul, bem como aumentar a capacidade das PME locais para inovar. | Oriental) | FEAMP, 2017 |
| Promover o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas na economia azul. | Empresas, autoridades nacionais e locais, institutos de investigação e formação. | Definir o enquadramento para a criação de polos de atividades marítimas nacionais (jurídicas, processuais, organizativas, financeiras, etc.). Estabelecer incubadoras, dinamizadores, investidores providenciais e instrumentos financeiros por medida, com vista à criação de empresas e ao apoio ao desenvolvimento das PME (nomeadamente de microempresas). | Copernicus, serviços marítimos. | FEDER, FEAMP, IEV, COSME, FEDS, FEIE, fundos nacionais |
| Criar polos regionais no domínio das energias renováveis e do envelhecimento ativo, baseados em recursos marinhos e tecnologias marítimas. | Empresas, autoridades nacionais e locais, sociedade civil, institutos de investigação e formação. | Desenvolver novos serviços e produtos. | Parceria Europeia de Inovação para um Envelhecimento Ativo e Saudável. Plataforma digital para um Envelhecimento Ativo e Saudável. | FEDER, IEV, FSE, programas europeus de cooperação territorial, convites à apresentação de propostas BLUE, FEAMP |

2.3. Desenvolvimento e circulação de competências

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|--|---|---|--|
| Promover o trabalho em rede e os intercâmbios entre as instituições académicas e os institutos marítimos, portuários e logísticos (sub-regionais e nacionais). | Instituições académicas e institutos marítimos | Desenvolver novos programas curriculares e partilha de capacidades. Intercâmbio de conhecimentos especializados entre as margens norte e sul, tendo em vista o ensino e a formação no setor marítimo e da pesca. Melhorar a circulação de estudantes. Criar centros de formação no âmbito da economia azul/marítima. | Rafismer (rede africana de pescas e institutos de ciências marinhas) | Convite à apresentação de propostas PMI-MED, FEAMP, 2017 Ação de reforço das capacidades Erasmus+ (convite à apresentação de propostas anual) |
| Reforçar a cooperação entre as instituições de ensino (tanto do ensino superior como do ensino e da formação profissionais — EFP) e a indústria no domínio marítimo. | Empresas, institutos de EFP, universidades, instituições académicas e institutos marítimos | Definir as lacunas de competências e trabalhar em conjunto para encontrar soluções concretas (p.ex., desenvolvimento de programas curriculares, formação, etc.). | Enumerar um ou mais projetos pertinentes, aprovados com o convite à apresentação de propostas no âmbito da Blue Career 2016 | Convite à apresentação de propostas Blue Career, FEAMP Ação de reforço das capacidades Erasmus+ (convite à apresentação de propostas anual) |
| Escola de formação avançada sobre Crescimento Azul Sustentável. | Institutos, instituições académicas e universidades oceanográficas e marítimos. | Estabelecer uma plataforma internacional para o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos no domínio do crescimento azul sustentável, para beneficiar os países do Mediterrâneo Ocidental. | Escola de formação avançada sobre Crescimento Azul Sustentável no Mediterrâneo e no mar Negro, organizada pelo Instituto Italiano de Oceanografia e Geofísica Experimental. | Iniciativa para o Crescimento Azul – FAO, programas europeus de cooperação territorial |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|---|--|---|
| | | | Experiência de Marrocos com a iniciativa Crescimento Azul da FAO. Experiências dos países com a iniciativa Crescimento Azul. | |
| Aumentar a sensibilização e a atratividade das profissões marítimas entre os jovens. | Institutos de ensino, estudantes, autoridades públicas, instituições internacionais | Divulgar melhores práticas. Promover programas de intercâmbio cultural, com vista à descoberta do emprego no setor marítimo. Desenvolver programas de voluntariado para a proteção e limpeza dos <i>habitats</i> marinhos. Estabelecer <i>lycées maritimes</i> em cidades costeiras. | SAFEMED | Programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV, FSE, FEAMP (eixo prioritário 4) Serviço Voluntário Europeu Erasmus+ (três convites à apresentação de propostas por ano), fundos nacionais |
| Assegurar a correspondência entre a oferta e a procura de emprego nos serviços, nas cadeias de aprovisionamento e nas infraestruturas do transporte multimodal de mercadorias. | Autoridades públicas; empresas; sindicatos; prestadores de serviços de EFP; universidades | Melhorar as competências tecnológicas, empresariais e de gestão nos serviços, nas cadeias de aprovisionamento e nas infraestruturas do transporte multimodal de mercadorias. Definir normas para a formação em gestão de combustíveis hipocarbónicos [p. ex., gás natural liquefeito (GNL)] e de operações subaquáticas (reparação e desencalhe de navios). | <ul style="list-style-type: none"> • Erasmus+ CONTAINER; • Alianças do Conhecimento CTWays; • MIE-Transportes: Picasso e GAINN 4MOS; • CAF-T B2M OS. Projeto estratégico para o desenvolvimento de competências. | Ação de reforço das capacidades Erasmus+ (convite à apresentação de propostas anual) MIE, fundos nacionais |
| Promover o desenvolvimento de competências no domínio da migração e a gestão dos fluxos migratórios. | Administrações regionais e locais, agências de desenvolvimento e cooperação, outros | Harmonizar as competências e as capacidades de gestão de questões de migração. Promover a migração circular. Prevenir a exploração de | Projeto M@res (migração circular). Projetos do programa MENA | Pacote de medidas sobre a migração (IEV), programas europeus de cooperação territorial, |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--------------|--|--|--------------------------------------|----------------------|
| | institutos e universidades competentes | migrantes, em especial no que se refere às crianças. | | FEDER, IEV |

2.4. Consumo e produção sustentáveis (transporte marítimo, portos, turismo marítimo e costeiro, aquicultura marinha)

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

Consumo e produção sustentáveis

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|---|--------------------------------------|--|
| <p>Aplicar regimes de coordenação/cooperação e uma avaliação de risco comparável dos efeitos de pressões antrópicas múltiplas a diferentes profundidades, incluindo nos fundos marinhos; cumprir as convenções regionais e a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM).</p> <p>Identificar e medir os compostos químicos e outras fontes de poluição em diferentes matrizes marinhas e o seu impacto nos organismos marinhos; desenvolver ferramentas de alerta precoce para detetar poluentes.</p> <p>Desenvolver e testar ações de recuperação (biológica) em diferentes zonas/locais, designadamente a possibilidade de</p> | Partes interessadas públicas e privadas | Disponer de ferramentas e estratégias comuns e avançadas para uma exploração mais sustentável dos recursos locais e para prevenir o seu esgotamento . | BlueMed SRIA Projeto SpilLess | Horizonte 2020, LIFE, programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV, convite à apresentação de propostas Blue Labs, FEAMP |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|--|---|---|
| reutilização e reciclagem dos materiais perigosos recolhidos. | | | | |
| Gestão sustentável dos portos de pesca e navios de pesca. | Autoridades regionais e locais, associações de pescadores e pesca | Aumentar a eficiência energética nos portos e navios. Reduzir a dependência dos portos de pesca e das aldeias piscatórias das fontes de energia fósseis. Melhorar a gestão com vista à redução das descargas e dos resíduos. Reduzir os custos das unidades de pesca na produção de gelo e na eletrificação das infraestruturas portuárias. Promover a utilização de instrumentos de gestão ambiental, como o EMAS. Criar um modelo de referência em cada país. | BlueMed SRIA | FEAMP, FEDER, IEV |
| Desenvolver instalações inovadoras para a dessalinização da água do mar e instalações de arrefecimento ou refrigeração a energia solar para o aprovisionamento de água potável, refrigeração e eletricidade suplementar. | Partes interessadas dos setores público e privado | Desenvolver as capacidades locais para a dessalinização da água e alimentar os sistemas de refrigeração, nomeadamente com alternativas à ligação à rede elétrica e que não exijam a utilização de pilhas. Promover o desenvolvimento do setor das pescas local e/ou de atividades turísticas e criar emprego. Apoiar o desenvolvimento económico das comunidades costeiras locais. | Estratégia para a água no Mediterrâneo Ocidental. BlueMed SRIA. Aliança Global para a Dessalinização de Água Limpa. Projeto-piloto de Dessalinização da MASEN. Programa-piloto de dessalinização no âmbito das energias renováveis da Masdar, que inclui quatro instalações-piloto com a utilização de tecnologias avançadas de dessalinização. | Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (Plataforma de Investimento no quadro da Política de Vizinhança) IEV (bilateral) |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|--|---|------------------------------|
| Assegurar a gestão de resíduos dos navios, nomeadamente dos navios de pesca. | Todas as organizações interessadas e institutos de investigação | Aumentar a sensibilização dos utilizadores para a recolha e a reciclagem de resíduos. Promover a construção de instalações e equipamento para a receção e reciclagem de resíduos provenientes de navios de pesca nos portos e nas aldeias piscatórias, e criar um modelo de referência em cada país. | Vários projetos (p. ex., Guardião do Mar, os pescadores recolhem, no mar, resíduos produzidos em terra) | FEAMP, FAO, fundos nacionais |
| Melhorar a gestão de resíduos nos portos e zonas costeiras. | Setor público-privado | Aplicação dos princípios da Diretiva Meios Portuários de Receção. | Convenção Marpol Convenção de Londres para a Prevenção da Poluição Marinha Causada por Operações de Imersão de Detritos e Outros Produtos, de 1972, e o seu Protocolo, de 1996. SAFEMED Diretiva Meios Portuários de Receção | SAFEMED IV, MIE, FEEL, IEV |

Transporte marítimo

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|---|---|-----------------------------------|
| Promover o transporte marítimo verde com combustíveis alternativos (rede GNL, energia terrestre). | Armadores; autoridades portuárias e nacional; empresas de distribuição de combustível | Definir, testar e implantar uma rede de infraestruturas para a utilização de combustíveis alternativos, nomeadamente GNL — gás natural liquefeito, para os transportes marítimos e a fonte de energia em terra. Conceber e construir navios que utilizam GNL, bem como estações de abastecimento e distribuição de GNL. | <ul style="list-style-type: none"> • Greencranes; • Costa; • Plano diretor sobre GNL para o Danúbio; • GAINN 4CORE; • GAINN 4MOS; • MedAtlantic Ecobonus; • Poseidon Med II; | MIE-Transportes, fundos nacionais |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|--|--|--|--|
| | | Assegurar a continuidade da cadeia de distribuição transnacional de GNL. | • Picasso. | |
| Otimizar as infraestruturas, as interfaces e os procedimentos/operações portuários. | Autoridades portuárias, armadores, administrações nacionais e locais | Promover o transporte marítimo, a capacidade no transporte marítimo de curta distância, a conectividade transfronteiriça por <i>ferry</i> e a integração em cadeias logísticas multimodais mediante a digitalização e a simplificação dos procedimentos. | Projeto de Cooperação dos Portos de Valência-Livorno | Programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV, FEIE, PEPI |
| Desenvolver autoestradas do mar e ligações portuárias conexas. | Autoridades portuárias, armadores, administrações nacionais e locais | Melhorar o transporte marítimo e a capacidade do transporte marítimo de longa distância. | | MIE-TRANSPORTES FEDER, FEIE, PEPI, FEDS |

Turismo costeiro e marítimo

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|--|---|--|--|
| Promover itinerários naturais, culturais e históricos transnacionais. Criar imagens de marca de produtos e serviços temáticos turísticos. Normas e certificações comuns de qualidade. | Administrações nacionais, regionais e locais, associações de empresas, PME, operadores turísticos, entidades gestoras de zonas marinhas protegidas (ZMP) | Encontrar soluções para a sazonalidade do turismo de uma forma sustentável. Desenvolver marcas temáticas e diversificar os produtos e os destinos. | Projetos aprovados no âmbito do FEAMP Projetos Interreg Iniciativas ACCOBAMS POCI ³⁴ | Convites à apresentação de propostas, FEAMP (2017) COSME, FEDER, PEPI |

³⁴ Programa Operacional «Ciência, Tecnologia, Inovação» http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/atlas/programmes/2000-2006/portugal/science-technology-and-innovation-operational-programme-poci

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|--|--|---|
| Adaptar o quadro jurídico às novas exigências (fretamento, observação das baleias, etc.). | | Chegar a novos mercados internacionais. | | |
| Promoção de novos modelos de turismo e itinerários mar-terra. | Organizações empresariais | Desenvolver destinos de qualidade que liguem os portos e as cidades portuárias ao interior, criando um itinerário marítimo e terrestre, com paragens para visitas temáticas, e novas tecnologias. | Programa Odyssea, lançado pela Federação Francesa de Marinas (FFPP), que reuniu mais de 70 cidades portuárias, nove países e 16 regiões mediterrânicas e europeias, em ES, FR, GR, IT, MO, MT e PT | COSME, programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV |
| Promover atividades de turismo-pesca e o património cultural da pesca. | Grupos de ação local da pesca (GAL-Pesca), comunidades costeiras, operadores turísticos | Diversificar as pescas e criar emprego nas comunidades costeiras. | FARNET, projeto Pesca Turisimu (GAL Córsega) e Pescatourisme 83 (GAL Varois) Abordagem marroquina de construção de aldeias piscatórias e locais de desembarque | FEAMP (eixo prioritário 4 e convite à apresentação de propostas PMI). |
| Proteger e recuperar os ecossistemas costeiros (praias e dunas) nas ilhas. | Administrações regionais e locais, ONG ambientais e universidades | Divulgar e aplicar modelos de turismo costeiro sustentável, baseados em ecossistemas marinhos e costeiros e na mudança do comportamento dos residentes e dos turistas. | Projetos LIFE | LIFE, fundos nacionais |
| Desenvolver recifes artificiais ecológicos. | Institutos de investigação, profissionais, cooperativas de pesca e de pesca marinha, Departamento da Pesca Marítima | Assegurar atividades de pesca e zonas de reprodução de nichos ecológicos que preservem as espécies endémicas e garantam um equilíbrio ecológico para algumas unidades populacionais. Assegurar o intercâmbio de | Projeto Art-reefs (ES, FR, IT) Experiência de Marrocos com a imersão de recifes artificiais, às escalas artesanal e industrial, ao longo da costa nacional | Convites à apresentação de propostas do FEAMP, fundos nacionais |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|--|--------------------------------------|---|
| | | conhecimentos. Introduzir novas atividades geradoras de rendimentos para os pescadores artesanais, a fim de reduzir a pressão exercida sobre as unidades populacionais. | | |
| Promover a sustentabilidade das marinas. | PME, associações de empresas, marinas, institutos de investigação | Assegurar o intercâmbio de práticas e incentivar a adoção de normas em matéria de voluntariado, com vista à sustentabilidade das marinas, incluindo instrumentos de gestão ambiental, como o EMAS. | | Programas europeus de cooperação territorial, LIFE, FEDER, FEAMP, IEV |
| Explorar e proteger o património natural e cultural subaquático por meio de uma abordagem multidisciplinar. Estabelecer uma rede de colaboração entre marinas e instituições arqueológicas e criar uma política comum de divulgação e partilha de dados. Desenvolver um novo conceito de sistemas de robótica inteligentes para a arqueologia submarina. | Partes interessadas públicas e privadas | Fornecer dados e ferramentas para proteger e explorar de forma sustentável o património natural e cultural subaquático e costeiro. Desenvolver novos serviços turísticos subaquáticos. | BlueMed SRIA Sub-projeto ARCHEO | Horizonte 2020, LIFE, programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV, FEAMP, (incluindo convites à apresentação de propostas Blue Labs) |

Aquicultura

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|--|---|---|
| Promover a diversificação da aquicultura e a utilização de sistemas aquícolas multitróficos. | Partes interessadas públicas e privadas | Estabelecer novas práticas para assegurar a sustentabilidade a longo prazo da aquicultura. | BlueMed SRIA Projeto de aquicultura no âmbito do Horizonte 2020 | Horizonte 2020, FEAMP, IEV e fundos nacionais |
| Desenvolver normas técnicas comuns entre países. | Partes interessadas públicas e privadas | Disponer de normas acordadas sobre questões como a monitorização das descargas ou a prevenção de fugas. Tal reforçará a segurança jurídica, facilitará o investimento transfronteiras, contribuirá para um elevado nível de proteção do ambiente e promoverá condições de concorrência equitativas para os operadores. | SHOCKMED e outros projetos da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (CGPM), iniciativas regionais semelhantes noutras bacias marítimas (p. ex., HELCOM) | Programas de cooperação, FEAMP |
| Reforçar as capacidades para promover a sustentabilidade e a certificação de explorações aquícolas. | Agências locais e administrações públicas, explorações aquícolas e institutos de investigação e formação. | Aumentar a produção aquícola. Divulgar conhecimentos sobre as práticas de aquicultura. | Projetos da CGPM | IEV, FEAMP, FAO |

3. Objetivo 3 — Melhor governação dos mares

O **objetivo 3** consiste em promover a **gestão sustentável das atividades económicas marítimas e a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade**.

Aliar o desenvolvimento socioeconómico a ecossistemas marinhos e costeiros saudáveis requer um quadro jurídico e técnico que seja capaz de equilibrar a procura concorrente de recursos naturais e espaço limitados. Sistemas de governação eficientes requerem cooperação e sinergias constantes entre as estruturas e iniciativas existentes, o que é essencial para fazer escolhas informadas e sensatas e identificar soluções para as questões ambientais, económicas, sociais, políticas e administrativas.

Desafios

A região do Mediterrâneo Ocidental é um foco de pressões antrópicas (económicas, demográficas e ambientais). Nela estão situadas sete das 13 zonas do Mediterrâneo nas quais a atividade económica densa interage ativamente com questões de conservação³⁵. A coexistência de atividades económicas marítimas potencialmente concorrentes nas mesmas águas pode dissuadir ou impedir o investimento, e as suas pressões acumuladas podem aumentar a produção de resíduos e o consumo de energia e água, agravar a exploração de recursos minerais e biológicos e outros e, em última análise, causar mais poluição, bem como uma grave deterioração dos ecossistemas marinhos e costeiros.

A região tem a maior biodiversidade³⁶ no Mediterrâneo e é uma das zonas mais produtivas. No entanto, à semelhança do resto da bacia marítima, várias unidades populacionais de peixes da região foram objeto de sobre-exploração a longo prazo³⁷. As zonas marinhas protegidas designadas³⁸ a nível nacional, incluindo os sítios da rede Natura 2000, ao abrigo das Diretivas Aves e *Habitats* da UE, e as zonas especialmente protegidas de importância para o Mediterrâneo (SPAMI)³⁹ abrangem, em conjunto, cerca de 3,5 % das águas do Mediterrâneo⁴⁰, uma percentagem ainda distante do objetivo de 10 % no atinente à conservação da zona costeira e marinha, através de um sistema gerido de forma eficaz e com ligações adequadas das zonas protegidas e de outras medidas de conservação eficazes orientadas para zonas específicas⁴¹.

Importa notar que se encontrou lixo marinho em todos os locais analisados na sub-bacia do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente nas zonas costeiras e ravinhas da Catalunha, no golfo

³⁵ Relatório MedTrends de 2015, C. Piante e D. Ody. «Blue Growth in the Mediterranean Sea: the Challenge of Good Environmental Status». Projeto MedTrends. WWF-França: http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/medtrends_regional_report.pdf.

³⁶ A diversidade de espécies no Mediterrâneo aumenta de este para oeste: 43 % das espécies identificadas estão presentes no Mediterrâneo Oriental, 49 % no Adriático e 87 % no Mediterrâneo Ocidental.

³⁷ Importa salientar que 44 das 48 unidades populacionais avaliadas no período de 2012-2014 (fonte: Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas e Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo) foram consideradas como estando fora dos limites biológicos de segurança, o que representa um grande risco para a futura sustentabilidade do setor das pescas na sub-região.

³⁸ Referência às Diretivas Aves e *Habitats*.

³⁹ Referência aos centros de atividades regionais das zonas especialmente protegidas (CAR/ZEP) e ao Protocolo relativo às zonas marinhas especialmente protegidas e à biodiversidade no Mediterrâneo (Protocolo ZEP/BD).

⁴⁰ MaPAMED, base de dados sobre sítios de interesse para a conservação do meio marinho no mar Mediterrâneo. MedPAN, PNUA/PAM e CAR/ZEP. Publicação de abril de 2016: <http://www.mapamed.org>.

⁴¹ Estabelecido pela meta n.º 11 de Aichi em matéria de biodiversidade e adotado no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14.5.

do Leão e na bacia Argélia-Baleares, tendo sido detetadas elevadas densidades na sua parte noroeste e no talude continental (Pham *et al.*, 2014). Um estudo recente de grande escala sobre resíduos flutuantes indicou densidades até 195 unidades por quilómetro quadrado (96 % dos quais eram polímeros), estando um dos picos situado na bacia argelina (CIESM, 2014⁴²).

O trabalho em rede nas administrações e a integração entre os governos e com a sociedade civil podem proporcionar novas formas de colaboração e parceria, bem como de gestão sustentável das atividades marítimas. O setor privado deve ser mais participativo, juntamente com outros intervenientes importantes, como instituições académicas, investigadores, ONG e cidadãos. O envolvimento e a participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisões ainda são insuficientes e exigem uma maior responsabilização.

Por último, a aplicação das atuais e futuras regras em matéria de ambiente, pescas e transportes⁴³ depende da existência de um quadro institucional e administrativo bem organizado a todos os níveis (internacional, regional, nacional e local), que possa, em princípio, ser executado de uma forma coordenada e baseada nos resultados. A fim de garantir a aplicação coerente e eficaz, o quadro institucional deve atrair recursos e investimentos financeiros regulares.

Lacunas

As preocupações ambientais no Mediterrâneo Ocidental foram bem identificadas em vários quadros de governação consolidados e de longa duração⁴⁴. Entre estes, a Convenção de Barcelona e os seus protocolos preveem um conjunto de instrumentos juridicamente vinculativos para a proteção do meio marinho e das regiões costeiras do Mediterrâneo, ao passo que a CGPM fornece um quadro (também vinculativo) que visa apoiar a sustentabilidade da exploração dos recursos haliêuticos.

Existe uma longa tradição de cooperação nas questões marinhas e marítimas no Mediterrâneo e a maioria dos países circundantes adotou e ratificou diversos acordos e iniciativas estratégicas (Organização Marítima Internacional, Iniciativa Crescimento Azul da FAO, PNUA/Plano de Ação para o Mediterrâneo – Convenção de Barcelona e a sua Estratégia Mediterrânica para o Desenvolvimento Sustentável, plano de ação regional relativo ao lixo marinho e plano de ação regional para a execução do Protocolo GIZCM, entre outros). As questões ambientais, em especial, têm sido objeto de várias iniciativas no âmbito do PNUA/PAM – e, na maior parte dos casos, realizam-se em parceria com outras estruturas regionais⁴⁵. A sua execução é apoiada por uma sólida rede de centros de atividades regionais⁴⁶. A recente estratégia a médio prazo da CGPM (2017-2020) para a sustentabilidade das pescas no Mediterrâneo e no mar Negro e a MEDFISH4EVER⁴⁷ também constituem uma boa base para abordar a atual sobre-exploração das unidades populacionais de peixes.

Embora exista uma verdadeira vontade política de resolver os problemas ambientais e piscatórios e de mudar para padrões sustentáveis, a região continua a carecer de uma ação

⁴² Ibid. p. 62.

⁴³ Incluindo resoluções, recomendações e decisões.

⁴⁴ «Assessment of feasibility and added value to support a possible sustainable blue economy initiative for the western Mediterranean» (<http://www.westmed-initiative.eu/downloads/>).

⁴⁵ Memorando de entendimento assinado entre PNUA/PAM e FAO-CGPM (2012), IUCN (2013), UPM (2013), ACCOBAMS(2016), estratégia conjunta do PNUA/PAM com a CGPM, ACCOBAMS, IUCN-MED em cooperação com MedPAN, entre outros.

⁴⁶ CAR PNUA/PAM: Plan Bleu, Rempec, Consumo e Produção Sustentáveis, Programa de Ações Prioritárias, Zonas Especialmente Protegidas e INFO/CAR.

⁴⁷ Declaração sobre a sustentabilidade das pescas mediterrânicas da Conferência Ministerial, adotada em 30 de março de 2017, em Valeta.

adequada de sensibilização e divulgação e de políticas transeitoriais alicerçadas em factos comprovados. Continuam, além disso, a existir muitas lacunas no que diz respeito à aplicação e execução, sobretudo a nível nacional e local.

Acresce que a disponibilidade, a acessibilidade, o tratamento e a compreensão dos dados ainda são dissimilares e fragmentados. Os testes de resistência dos dados marinhos revelam a existência de graves lacunas a nível do conhecimento sobre a natureza geológica e ecológica das águas meridionais, bem como uma diminuição do investimento público em programas de monitorização no norte. As lacunas de informação em matéria de capturas e do esforço da pequena pesca complicam consideravelmente o apoio ao setor das pescas.

Prioridades

3.1 Ordenamento do espaço marítimo e gestão costeira

As ações pretendem melhorar a gestão das zonas marítimas, marinhas e costeiras pelos intervenientes locais e assegurar uma aplicação correta e coordenada da Diretiva Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM) e do Protocolo sobre a Gestão Integrada da Zona Costeira do Mediterrâneo (GIZCM) da Convenção de Barcelona, para abordar o impacto acumulado das atividades económicas no mar e nas zonas costeiras, tendo em conta uma abordagem baseada nos ecossistemas. Além disso, destinam-se a melhorar o conhecimento acerca das interações terra-mar e a desenvolver soluções de engenharia ecológicas para alcançar o bom estado ambiental dos mares e das costas. Outra importante área de trabalho incidirá sobre as ferramentas que permitam selecionar locais apropriados para instalações de alto mar e cumprir as exigências energéticas e ambientais da região.

VALOR ACRESCENTADO: procurar-se-á garantir a coerência na aplicação da Diretiva Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM) e da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, bem como do Protocolo sobre a Gestão Integrada da Zona Costeira do Mediterrâneo (GIZCM). Ademais, será promovido um ambiente propício à participação e contribuição das partes interessadas públicas e privadas para o processo de tomada de decisões.

3.2 Conhecimento marinho e marítimo

As ações promoverão a recolha, a manutenção e o armazenamento de dados através dos instrumentos, das bases de dados e dos projetos existentes (nomeadamente a EMODNET, o centro virtual de conhecimentos gerido pelo Secretariado da União para o Mediterrâneo e os projetos do Horizonte 2020⁴⁸) e estenderão o seu alcance geográfico e temático a toda a região. Tal incluirá manter e atualizar informações sobre fenómenos de erosão e riscos costeiros, harmonizar e expandir os sistemas de monitorização da faixa costeira à escala da sub-bacia e desenvolver instrumentos comuns que permitam avaliar o impacto das atividades humanas. Apoiar o desenvolvimento de veículos autónomos não tripulados (e infraestruturas subaquáticas conexas) é um aspeto importante a considerar, assim como também é essencial uma assistência técnica mais ampla e o desenvolvimento de capacidades no domínio dos assuntos marítimos.

VALOR ACRESCENTADO: a elaboração de políticas alicerçadas em factos comprovados requer dados marinhos e marítimos harmonizados e atualizados sobre questões como investimento, valor acrescentado bruto, emprego, produção e eliminação de resíduos, batimetria, qualidade da água e monitorização ambiental.

Estes dados permitem:

⁴⁸ Horizonte 2020 — Programa-Quadro de Investigação e Inovação da UE (2014-2020).

- *conceber medidas adequadas para impulsionar as atividades económicas (p. ex., turismo costeiro, transporte marítimo de longa e curta distância, biotecnologias, fontes de energias renováveis),*
- *corrigir aspetos horizontais e transversais (investigação e inovação, polos empresariais e atenuação das alterações climáticas), e*
- *avaliar os impactos acumulados das atividades humanas, para um melhor ordenamento do espaço e da gestão das zonas costeiras.*

O facto de estes dados necessários estarem frequentemente indisponíveis, ou disponíveis apenas para alguns países, significa que se deve lograr uma maior partilha dos dados e sinergias entre as iniciativas e as partes interessadas.

3.3 Biodiversidade e conservação dos *habitats* marinhos

As ações procurarão avaliar as pressões atmosfera-terra-mar e os respetivos riscos para os ecossistemas e a saúde humana, incluindo a vulnerabilidade e a resiliência da biodiversidade do mar Mediterrâneo. Será prestada ajuda para criar e gerir zonas marinhas protegidas, reduzir o lixo marinho, gerir as águas de lastro e monitorizar a poluição sonora em estreita cooperação com a Convenção de Barcelona e outros intervenientes pertinentes locais e regionais. As ações centrar-se-ão no reforço da capacidade local para identificar espécies exóticas invasoras e rotas de invasão, as condições propícias à invasão, bem como a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas marinhos. Acima de tudo, é possível apoiar campanhas de sensibilização para o ambiente e a biodiversidade marinhos, bem como de voluntariado ambiental em toda a região.

VALOR ACRESCENTADO: a região apresenta uma biodiversidade marinha e costeira especialmente rica e várias espécies icónicas (como baleias, golfinhos, tubarões, tartarugas marinhas e aves) estão cada vez mais ameaçadas pelas inúmeras pressões exercidas sobre si. Estas ameaças incluem a poluição, a eutrofização, a destruição dos habitats marinhos e costeiros, a perturbação das rotas migratórias dos animais selvagens, as alterações na dinâmica costeira, o lixo marinho e o ruído. Os países serão apoiados para cumprirem os seus compromissos internacionais, como a Convenção de Barcelona, o plano de ação regional relativo ao lixo marinho no Mediterrâneo e a Convenção sobre a Biodiversidade (e os compromissos europeus conexos).

3.4 Pesca sustentável e desenvolvimento das comunidades costeiras

As ações promoverão o desenvolvimento sustentável da pequena pesca e das comunidades costeiras, aumentando a capacidade da região para gerir as unidades populacionais de peixes através de planos plurianuais em matéria de pesca, medidas técnicas, encerramentos de zonas de pesca e outras medidas específicas de conservação. Procurarão também impulsionar a capacidade da região para garantir uma recolha de dados correta, avaliações científicas regulares e um quadro jurídico adequado em matéria de controlo e inspeção. Na margem sul, a assistência técnica é particularmente importante para conceber e executar planos e medidas específicos. Podem ser criados grupos técnicos locais para analisar oportunidades e ameaças específicas e definir medidas e técnicas de intervenção conjuntas. Ademais, podem ser identificadas e divulgadas boas práticas em termos de comercialização de produtos da pesca, com a transmissão de conhecimentos e recursos para aumentar o valor acrescentado dos produtos da pesca e diversificar as atividades económicas nas comunidades costeiras (nomeadamente através de abordagens da base para o topo, como o desenvolvimento local de

base comunitária). As ações deverão ser levadas a cabo em consonância e sinergia com o futuro plano de ação regional para a pequena pesca.

VALOR ACRESCENTADO: o setor das pescas do Mediterrâneo Ocidental representa cerca de 60 % de todo o Mediterrâneo e dispõe de uma grande diversidade das espécies exploradas e de técnicas de pesca. No entanto, não há dúvida de que as unidades populacionais mediterrânicas estão em perigo e que a sua exploração deve ser reduzida para níveis sustentáveis, antes que esses níveis excedam os limites biológicos de segurança.

Verifica-se, atualmente, uma fragmentação das ações em ambas as margens do Mediterrâneo Ocidental, pelo que se procurará uma maior coordenação e cooperação a nível regional, através da aplicação da estratégia a médio prazo da CGPM (2017-2020) para a sustentabilidade das pescas no Mediterrâneo e no mar Negro e da execução do quadro de referência de recolha de dados da CGPM. Deste modo, poderá garantir-se também uma aplicação mais coerente da política comum das pescas a nível da sub-bacia e promover a coesão económica e social das comunidades costeiras.

Prioridades da União

Este objetivo apoia firmemente as prioridades da União:

- **Emprego, crescimento e investimento.** Com a criação de um quadro institucional, jurídico e técnico bem coordenado, que seja capaz de equilibrar a procura concorrente de recursos naturais e espaço limitados, este objetivo proporcionará um ambiente propício ao investimento sustentável no mar e nas zonas costeiras, o que é uma condição indispensável para promover o emprego e crescimento.
- **União da energia e alterações climáticas.** Este objetivo centra-se em ferramentas de conhecimento, planeamento e gestão, que desempenham um papel fundamental para os processos de tomada de decisões e para garantir o planeamento dos investimentos e a gestão das infraestruturas, tendo devidamente em conta os efeitos das alterações climáticas, como a subida do nível do mar e a erosão costeira.
- **Uma Europa mais forte na cena mundial.** Os processos regionais existentes serão reforçados nos domínios já indicados na comunicação sobre a governação internacional dos oceanos. Nestes incluem-se o reforço das capacidades, o lixo marinho, a gestão das pescas regionais, as zonas marinhas protegidas, o ordenamento do espaço marítimo, a observação dos oceanos e a ciência e inovação azul.

Metas do objetivo 3

(Esta lista é indicativa e não exaustiva.)

- A totalidade das águas sob jurisdição nacional e a totalidade das faixas costeiras abrangidas pelo ordenamento do espaço marítimo e pela gestão integrada da zona costeira e respetivos mecanismos de execução plenamente aplicados até 2021;
- Pelo menos 10 % das zonas costeiras e marítimas abrangidas por zonas marinhas protegidas e por outras medidas de conservação eficazes orientadas para zonas específicas até 2020⁴⁹;
- A redução de 20 % do lixo marinho nas praias até 2024⁵⁰;

⁴⁹ Em consonância com a meta n.º 11 de Aichi da Convenção sobre a Biodiversidade e compromissos conexos da UE e da Convenção de Barcelona. Ponto de partida 2016: 3,5 %, Fonte MedPAN.

⁵⁰ Em consonância com o plano de ação regional relativo ao lixo marinho no Mediterrâneo (PNUA-PAM, 2016). Ponto de partida: 450-1500 itens/100 m [Decisão UNEP(DEPI)/MED IG.22, adotada em 9-12 de fevereiro de 2016].

- A inclusão dos países do sul do Mediterrâneo na Rede Europeia de Observação e de Dados sobre o Meio Marinho (EMODNET) até 2020;
- Todos os Estados dotados de um quadro jurídico e capacidades humanas e técnicas adequados para cumprirem as suas responsabilidades em matéria de controlo e inspeção das pescas enquanto Estados de pavilhão, costeiros e do porto até 2020⁵¹;
- A totalidade das principais unidades populacionais do Mediterrâneo⁵² sujeita a uma recolha de dados adequada, avaliada cientificamente de forma periódica e gerida através de um plano plurianual em matéria de pesca até 2020⁵³.

⁵¹ Em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14.4, das Nações Unidas e a Declaração sobre a sustentabilidade das pescas mediterrânicas da Conferência Ministerial, adotada em 30 de março de 2017, em Valeta.

⁵² No Mediterrâneo Ocidental e Central, existem cinco unidades populacionais principais (biqueirão, sardinha, gamba-branca, pescada e goraz), de acordo com a estratégia a médio prazo da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (2017-2020) para a sustentabilidade das pescas no Mediterrâneo e no mar Negro (22 e 23 de setembro de 2016). http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/GFCM/News/Mid-term_strategy-e.pdf.

⁵³ Declaração sobre a sustentabilidade das pescas mediterrânicas da Conferência Ministerial, adotada em 30 de março de 2017, em Valeta.

3.1. Diretiva Ordenamento do Espaço Marítimo/Gestão Integrada da Zona Costeira do Mediterrâneo, incluindo a interação terra-mar

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|--|---|--|
| <p>Desenvolver dispositivos e abordagens inovadoras para reduzir a erosão costeira e a poluição.</p> <p>Melhorar o conhecimento acerca das interações terra-mar e desenvolver soluções e medidas de engenharia ecológicas para as zonas costeiras, a fim de alcançar o bom estado ambiental.</p> <p>Utilizar ferramentas de decisão integrada que permitam selecionar locais apropriados para instalações de alto mar que cumpram as exigências energéticas e ambientais.</p> | Partes interessadas públicas e privadas | Desenvolvimento conjunto de novos instrumentos para reduzir a erosão costeira, alcançar um bom estado ambiental e promover operações sustentáveis em alto mar. | BlueMed SRIA | Horizonte 2020 Programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV |
| Promoção coordenada de OEM e GIZCM. | Partes interessadas costeiras e marítimas, autoridades nacionais e locais (incluindo serviços hidrográficos e oceanográficos), institutos e redes de investigação | OEM e GIZCM em vigor e devidamente coordenados a nível transfronteiriço e transnacional. | SIMWESTMED em Espanha, França, Itália e Malta. Acordos Remoge e Pelagos. Projeto-piloto no âmbito do OEM para a ilha Djerba. Projetos no âmbito do GIZCM (PAP-CAR) POSEUR ⁵⁴ | Convite à apresentação de propostas OEM, FEAMP FEDER, fundos nacionais |
| Assegurar a sustentabilidade a longo | Autoridades públicas | Eliminar ameaças como | Interreg MED e programas | Programas |

⁵⁴ Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos http://ec.europa.eu/regional_policy/it/atlas/programmes/2014-2020/portugal/2014pt16cfop001

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---------------------------------|--|--------------------------------------|--|
| prazo do turismo costeiro e planeamento adequado. | | as alterações climáticas, a proliferação de espécies exóticas e medusas, a evolução demográfica e a urbanização. | operacionais regionais MED (FEEI) | europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV |

3.2. Conhecimento marinho e marítimo (lacunas de dados, análise e partilha de dados)

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|--|--|---|
| Melhorar o acesso a informações científicas, aos ambientes virtuais de investigação e aos resultados com base nos conhecimentos marinhos. | Institutos de investigação e autoridades públicas | Desenvolver infraestruturas tecnológicas com base no conhecimento marinho, nomeadamente no que se refere ao potencial dos seus recursos naturais e à sua vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas e dos fenómenos extremos. | Projeto LifeWatch | LIFE, FEAMP |
| Alargar o âmbito geográfico e temático das bases de dados existentes. | Institutos de investigação, autoridades públicas, empresas, institutos de estatística, Secretariado da UPM, EMODNET | Alargar a EMODNET a todo o Mediterrâneo Ocidental. Aplicar um plano de monitorização integrada para o fundo marinho, a coluna de água e a atividade | CVC, EMODNET e REDIAM, modelo desenvolvido pela Região da Andaluzia, entre outros. Sistema de Observação do Mediterrâneo | FEAMP, Horizonte 2020, fundos nacionais |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|--|---|---|
| | | <p>humana do Mediterrâneo com base nos resultados de testes de resistência.</p> <p>Estabelecer o centro virtual de conhecimentos no Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente mediante CVC nacionais e a inclusão de dados de satélite nas informações estatísticas sobre turismo.</p> <p>Colmatar as lacunas de dados e assegurar o acesso das empresas e da sociedade civil aos mesmos.</p> | | |
| <p>Desenvolver metodologias e ferramentas comuns (novos sensores para avaliar os impactos das atividades humanas).</p> <p>Desenvolver veículos autónomos não tripulados e infraestruturas subaquáticas conexas.</p> | Partes interessadas públicas e privadas | <p>Contribuir para a aplicação da Convenção de Barcelona e da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM) em águas partilhadas.</p> <p>Reforçar a coordenação e cooperação entre os países do Mediterrâneo Ocidental para alcançar o bom estado ambiental.</p> <p>Prestar assistência à proteção civil na resposta a catástrofes;</p> | <p>BlueMed SRIA</p> <p>IMO-MRCC Marrocos-Rabat</p> <p>Projeto no âmbito do ECAP</p> | <p>Horizonte 2020</p> <p>FEAMP (DQEM),</p> <p>FEDER, fundos nacionais</p> |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|--|---------------------------------------|--|
| | | apoiar as atividades económicas marítimas em alto mar. | | |
| Prestar assistência técnica e reforçar as capacidades no domínio dos assuntos marítimos, nomeadamente através da criação de um grupo de trabalho para desenvolver regimes de inspeção conjunta (Mediterrâneo Ocidental). | Autoridades competentes dos países interessados | Aumentar as capacidades administrativas para lidar com assuntos marítimos. Assegurar a coordenação intranacional e transetorial adequada. | Instalações PMI-MED 2012-2014 e 2015. | Instalações PMI/BE MED (2016-2018) (IEV) |
| Manter atualizados os dados/as informações sobre os fenómenos de erosão e os riscos costeiros, por meio da harmonização e da expansão dos sistemas de monitorização da faixa costeira para as atividades de I&D desenvolvidas na bacia. | Partes interessadas públicas e privadas | Desenvolver em conjunto estratégias e instrumentos sólidos e partilhados para apoiar a adaptação às alterações climáticas na região. | BlueMed SRIA Carta de Bolonha | FEDER, IEV, fundos nacionais, Fundo Verde para o Clima |

3.3. Biodiversidade e conservação dos *habitats* marinhos

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---------------------------------------|--|---|---|--|
| Melhorar a gestão das águas de lastro | Autoridades nacionais e locais competentes, armadores. | Harmonizar as regulamentações sobre a gestão das águas de lastro e aplicar a estratégia mediterrânica para a gestão das águas de lastro | Projetos BALMAS (CT no Adriático do IPA) e BALMED (LIFE - Programa Ambiental), incluindo o Observatório | Programas europeus de cooperação territorial, IEV, |

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|--|---|--|---|
| | | dos navios ⁵⁵ . Desenvolver métodos de tratamento inovadores para a gestão das águas de lastro. Intensificar a transferência de conhecimentos e capacidades. | Mediterrânico para a gestão das águas de lastro dos navios e uma estratégia regional para a gestão dos riscos associados às espécies exóticas invasoras. | FEDER, LIFE |
| Avaliar os dados relativos às pressões atmosfera-terra-mar e antropogénicas e os riscos e impactos tanto nos ecossistemas marinhos e costeiros como na saúde e no bem-estar humanos. Identificar e abordar os efeitos das espécies invasoras/exóticas, incluindo das rotas de invasão, as condições ambientais que propiciam as invasões, a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas marinhos e o desenvolvimento de novos produtos. | Partes interessadas públicas e privadas | Promover a exploração sustentável baseada na ciência e a proteção dos ecossistemas locais e do património natural. | BlueMed SRIA Projeto Amalia PNUA-PAM [projeto IAS (<i>Invasive Alien Species</i>)] | Horizonte 2020, FEAMP, convite à apresentação de propostas Blue Labs, FEDER, fundos nacionais |
| Lutar contra o lixo marinho. | Partes interessadas públicas e privadas | Melhorar a disponibilidade dos dados sobre o lixo marinho. Aumentar a capacidade de recolha de lixo marinho. Reduzir a presença de lixo marinho nas praias. | Despoluição do Mediterrâneo ao abrigo do Horizonte 2020 Projeto Plastic Buster Projeto Litter Drone | LIFE, FEAMP |
| Monitorizar a poluição sonora e das ações de atenuação. | Institutos de investigação, autoridades públicas | Proteger os cetáceos e aplicar o descritor 11 da DQEM. | Projetos PNUA-PAM | LIFE |
| Realizar campanhas de sensibilização sobre o ambiente marinho e a biodiversidade. | Sociedade civil e autoridades públicas | Criar uma cultura de proteção do ambiente marinho e da biodiversidade. | CGPM, PNUA-PAM, POSEUR | LIFE, programas europeus de cooperação territorial, |

⁵⁵ <http://www.rempec.org/rempecnews.asp?NewsID=210>

| Ações | Eventuais intervenientes | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|---|---|--|--|
| | | | | FEDER, IEV |
| Apoiar a criação e gestão de zonas marinhas protegidas. | Autoridades públicas, entidades gestoras de ZMP, pescadores, sociedade civil, empresas, institutos de investigação e formação | Dispor de uma política comum integrada para a gestão das ZMP e estabelecer políticas marinhas no âmbito da iniciativa «Cintura Azul». Criar um observatório dos ecossistemas marinhos no Mediterrâneo. Lutar contra a proliferação de espécies exóticas. Avaliar o impacto das artes de pesca utilizadas pela frota de pesca artesanal nos <i>habitats</i> marinhos. | MedPAN, PNUA/MAP (incluindo CAR/ZEP), CGPM | LIFE, programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV |
| Promover o voluntariado ambiental no Mediterrâneo Ocidental. | Partes interessadas no domínio ambiental | | Fundación MIGRES | LIFE, programas europeus de cooperação territorial, FEDER, IEV |
| 3.4. Pesca sustentável e desenvolvimento das comunidades costeiras | | | | |

O quadro que se segue apresenta uma síntese das ações identificadas, uma lista não exaustiva de eventuais intervenientes e resultados previstos, exemplos dos projetos/iniciativas atuais e possíveis fontes de financiamento.

| Ações | Intervenientes atuais | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|--|---|---|--|------------------------|
| Assegurar a sustentabilidade da pequena pesca. | Associações de pescadores, autoridades públicas e organizações internacionais | Conceber e aplicar planos e medidas que visem a sustentabilidade das pequenas pescas (dimensões dos navios, artes de pesca, zonas | O conhecimento científico sobre o estado dos recursos deve constituir um ponto de partida para a conceção e aplicação de qualquer ação. CGPM, PNUA-PAM | IEV, FEAMP, FAO - CGPM |

| Ações | Intervenientes atuais | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|--|--|--|----------------------|
| | | protegidas, períodos de cessação da pesca com vista à recuperação biológica). | | |
| Cooperação entre pescadores na gestão da pesca sustentável. | Associações de pescadores, autoridades públicas | Criar grupos técnicos locais para analisar o contexto e definir ações e técnicas comuns. Definir boas práticas para melhorar a qualidade de vida das comunidades pesqueiras e para comercializar os produtos da pesca. | Projetos GAL-Pesca COPEMED (projeto regional da FAO) CGPM | FEAMP, FAO - CGPM |
| Reforçar as capacidades de gestão das pescas. | CGPM, Comissão Europeia, CCTEP, administrações nacionais, institutos de investigação e universidades | Assegurar que as principais unidades populacionais do Mediterrâneo ⁵⁶ sejam objeto de uma recolha de dados adequada, cientificamente avaliadas de forma periódica e geridas mediante planos plurianuais das pescas. Assegurar que todos os Estados são dotados de um quadro jurídico adequado para cumprirem as suas | Iniciativa Crescimento Azul | FEAMP, FAO - CGPM |

⁵⁶ No Mediterrâneo Ocidental e Central existem cinco unidades populacionais principais, de acordo com a estratégia a médio prazo da CGPM (2017-2020) para a sustentabilidade das pescas no Mediterrâneo e no mar Negro (22 e 23 de setembro de 2016).

| Ações | Intervenientes atuais | Resultados previstos | Projetos/iniciativas de fundo | Financiamento |
|---|--|--|--|---------------|
| | | responsabilidades em matéria de controlo e inspeção das pescas enquanto Estados de pavilhão, costeiros e do porto. | | |
| Criar valor acrescentado para os produtos de pesca marinha. | Setores da pesca e institutos de investigação, ONG e autoridades públicas (pescas) | Proporcionar os conhecimentos e meios para criar valor acrescentado para os produtos da pesca nestes países. Promover o intercâmbio de conhecimentos. | Iniciativa Crescimento Azul da FAO, que une a investigação e a governação. CGPM | FEAMP, FAO |

4. Monitorização, apresentação de relatórios e avaliação

É evidente que os resultados reais da iniciativa dependerão, em última análise, da estabilidade geopolítica de toda a bacia, dos fluxos migratórios e da capacidade das partes de atenuarem a crise dos refugiados e de se adaptarem às alterações climáticas. Todavia, os indicadores, apesar de provisórios, podem dar uma ideia das mudanças alcançadas, facilitar a compreensão tanto dos principais problemas como das respostas necessárias e ajudar a avaliar o efeito, se se registar algum, das ações e dos projetos realizados no âmbito de cada objetivo.

As metas (ou os indicadores de resultados) escolhidas referem-se tanto quanto possível a realizações concretas em relação a uma bacia marítima ou a um impacto transnacional. Contudo, por vezes, os resultados são menos quantificáveis: por exemplo, a coordenação de políticas para além das fronteiras nacionais, a criação de redes, uma maior sensibilização dos decisores para os efeitos recíprocos das decisões nacionais, uma maior apropriação das questões comuns ou um maior envolvimento das autoridades locais, das PME e da sociedade civil. Por conseguinte, as metas não serão sempre variáveis quantitativas, mas também qualitativas, em função do contexto.

Propõem-se, muitas vezes, prazos ou calendários para nortear as ações e os projetos. No entanto, estes são, na melhor das hipóteses, estimativas aproximadas, estando sujeitos a revisões periódicas do quadro de ação.

Enquanto o plano de ação deve permanecer relativamente estável por um determinado período de tempo, é possível que emergam novas questões no decorrer do processo, podendo as prioridades sofrer alterações, tornando necessária a atualização ou substituição das ações e metas pertinentes. Por outras palavras, o plano de ação será dinâmico. Por esta razão, é necessário prever um período de tempo suplementar para a execução de cada projeto, com a reserva de que os impactos apenas se poderão medir a médio e longo prazo.

O mecanismo de assistência para o Mediterrâneo Ocidental será responsável pela monitorização e apresentação de relatórios sobre os projetos, os recursos mobilizados e os progressos alcançados. Todas as partes interessadas (UE, UPM, administrações nacionais e regionais, organizações regionais internacionais, instituições financeiras internacionais e agências competentes) cooperarão com o mecanismo de assistência para fornecer as informações necessárias.

As atividades de avaliação serão definidas e planeadas pelo Grupo de Ação para o Mediterrâneo Ocidental (WestMED).

5. Consulta das partes interessadas

Na elaboração do presente quadro de ação, a Comissão Europeia frisou a importância de envolver todos os intervenientes e as partes interessadas, por forma a assegurar que todos os interesses e preocupações dos mesmos sejam devidamente tidos em conta e a proporcionar o maior número de oportunidades possível de coordenação e cooperação. Os intervenientes e as partes interessadas foram envolvidos mediante as várias iniciativas de comunicação descritas *infra*⁵⁷.

5.1. Sítio específico

Lançou-se um sítio (<http://www.westmed-initiative.eu/>) em meados de fevereiro de 2016, para encorajar as partes interessadas a participarem e a divulgarem informações e relatórios. Este proporcionou à iniciativa presença e visibilidade imediatas em linha. O sítio promoveu a sensibilização e suscitou interesse entre as partes interessadas, que podiam ter acesso e descarregar informações pertinentes e acompanhar os progressos.

5.2. Sessões de consulta com as partes interessadas

Grupos de reflexão

Recorreu-se a grupos de reflexão enquanto um dos principais métodos para interagir com partes interessadas de toda a sub-bacia hidrográfica durante a fase preparatória do projeto. Os objetivos destas sessões apresentaram três vertentes:

- discutir e ajustar as conclusões do relatório «Documento oficioso com base na análise do contexto»,
- explorar o interesse e a vontade das partes interessadas locais de apoiar uma iniciativa no domínio marítimo para o Mediterrâneo Ocidental,
- sugerir possíveis ideias de cooperação com um claro valor acrescentado para toda a sub-região, incluindo a UE e os países vizinhos.

Organizaram-se quatro grupos de reflexão em locais diferentes e por diversos parceiros na sub-bacia hidrográfica⁵⁸. Contaram-se 74 participantes, que representavam 61 organizações da maioria dos países interessados⁵⁹. Estavam representados instituições internacionais, programas de cooperação transnacionais, associações de empresas, centros de investigação e inovação, universidades, bem como autoridades e agências europeias, nacionais e regionais. Tal permitiu à Comissão recolher um vasto leque de opiniões, avaliações e propostas, assim

⁵⁷ A assistência técnica para estas tarefas foi fornecida pela EASME mediante um contratante externo (consórcio liderado pela Ecorys Espanha, com a Ecorys Bruxelas, o Plano Bleu e Stratégies Mer et Littoral).

⁵⁸ Turismo costeiro e marítimo sustentável, incluindo o turismo de cruzeiro e náutico (corredor Norte-Sul), Roma, 4 de março de 2016; inovação marinha e marítima, incluindo setores emergentes e as biotecnologias, Marselha, 8 de março de 2016; autoestradas do mar para mares mais seguros e ecológicos, incluindo a vigilância marítima integrada, Tunes, 10 de março de 2016; governação e meios para uma melhor execução na bacia sub-regional (Secretariado da UPM, Diálogo 5+5, Convenção de Barcelona, CGPM, CRPM, MedPAN, etc.), Barcelona, 15 de março de 2016.

⁵⁹ Foram igualmente convidados representantes da Argélia e da Líbia, mas estes não puderam comparecer na sessão laboratorial em Tunes. Nesta fase inicial, não foi possível envolver um participante da Mauritânia.

como informações sobre os quadros e as iniciativas pertinentes que existiam na região. Os resultados desta fase estão resumidos no relatório «Findings and recommendations from stakeholder involvement in the preparatory phase».

Seminários

O debate intergovernamental realizou-se em quatro seminários com os 10 países, a Comissão Europeia e o Secretariado da UPM. Compareceram igualmente nos seminários representantes do PNUA-PAM, da CGPM, das autoridades de gestão dos programas MED e do IEV-CT-MED e — numa fase mais avançada — da CRPM e do programa INTERACT.

Os três primeiros seminários realizaram-se em 21 de março, 29 de setembro e 1 de dezembro de 2016, em Bruxelas, e incidiram essencialmente no processo de elaboração da iniciativa, definindo os seus principais objetivos, metas e prioridades e identificando possíveis ações. Este trabalho baseou-se no relatório «Findings and recommendations from stakeholder involvement in the preparatory phase», no relatório «Assessment of feasibility and added value to support a possible sustainable blue economy initiative for the western Mediterranean» e numa lista preliminar de ações identificadas e propostas pelos países. O quadro de ação foi concebido com base nestes contributos.

Um quarto seminário realizou-se em 1 de fevereiro de 2017, em Barcelona, para debater a governação da iniciativa. Os seus principais resultados estão resumidos no capítulo 5, «Execução e Governação», da comunicação.

Conferência das partes interessadas

Esta conferência foi outro elemento essencial do diálogo entre a Comissão Europeia, o Secretariado da UPM, os países e os principais intervenientes locais e internacionais. Foi uma forma de apresentar, debater e aprimorar as principais características da iniciativa e do seu quadro de ação. Em 2 de fevereiro de 2017, reuniram-se, em Barcelona, cerca de 200 participantes de todos os países em causa.

Além do atual «Documento oficioso com base na análise do contexto», publicaram-se vários relatórios no seguimento da conferência:

- o relatório «Findings and recommendations from the stakeholder involvement in the preparatory phase»,
- o relatório «Assessment of feasibility and added value to support a possible sustainable blue economy initiative for the western Mediterranean»,
- um relatório suplementar intitulado «Results from the stakeholder consultation».

Todos estes relatórios estão disponíveis no sítio da iniciativa:

<http://www.westmed-initiative.eu/downloads/>

Outros eventos

Grupo Med Lab do programa INTERACT: Consulta no âmbito do programa da Iniciativa para o Mediterrâneo Ocidental

Em 7 de fevereiro de 2017, organizou-se, em Valência, Espanha, uma reunião para informar os programas europeus de cooperação territorial e IEV-CT pertinentes sobre as ações estipuladas pela iniciativa e o seu plano de ação, bem como as conclusões e recomendações da conferência das partes interessadas.

A reunião identificou os principais domínios de interesse comum e tornou possível a verificação do alinhamento dos fundos entre as ações propostas e os programas de cooperação pertinentes.

Comissão Intermediterrânica da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa

Em 1 de fevereiro de 2017, realizou-se, em Barcelona, uma reunião da Comissão Intermediterrânica da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa para debater as prioridades para o Mediterrâneo Ocidental e adotar recomendações específicas, que foram partilhadas na conferência das partes interessadas de 2 de fevereiro de 2017. As propostas e recomendações foram incluídas no quadro de ação, sempre que se considerou pertinente.

5.3. Outras ferramentas de consulta: meios de comunicação social e boletim informativo

Recorreu-se a meios de comunicação social, a fim de chamar a atenção para a iniciativa e os seus objetivos. Em fevereiro de 2016, criou-se para o efeito uma conta no Twitter (@WestMedStrat), que era regularmente atualizada com conteúdos, e seguiram-se canais de outras instituições e organizações consideradas influentes neste contexto.

No sítio, publicaram-se seis notas informativas com o resumo do ponto da situação e as orientações emergentes da conferência das partes interessadas. Estas notas informativas foram igualmente utilizadas para incentivar os debates virtuais no Twitter antes dos debates de 2 de fevereiro de 2017, em Barcelona.

Por último, emitiram-se seis boletins informativos para informar a comunidade das partes interessadas sobre as diversas fases de desenvolvimento da iniciativa.